



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA
PROGRAMA DE PÓS - GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL**

GERLÂNIA MARIA ROCHA SOUSA

**CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
CEARÁ**

**FORTALEZA
2015**

GERLÂNIA MARIA ROCHA SOUSA

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
CEARÁ

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Guillermo Gamarra Rojas

FORTALEZA
2015

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca de Pós-Graduação em Economia Agrícola

S696c

Sousa, Gerlânia Maria Rocha

Capital social e desenvolvimento da Agricultura Familiar no Ceará./ Gerlânia Maria Rocha Sousa. - 2015.

91 f.: il. color., enc.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Departamento de Economia Agrícola, Programa de Pós-Graduação em Economia Rural. Fortaleza, 2015.

Área de Concentração: Economia Rural.

Orientação: Prof. Dr. Guillermo Gamarra Rojas.

1. Capital Social. 2. Políticas Públicas. 3. Organizações. 4. Desenvolvimento. I. Título.

CDD: 330


GERLÂNIA MARIA ROCHA SOUSA

CAPITAL SOCIAL E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO
CEARÁ


Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia Rural, do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Economia Rural. Área de Concentração: Políticas Públicas e Desenvolvimento Rural Sustentável.

Aprovada em: 09/03/2015

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Guillermo Gamarra Rojas
Universidade Federal do Ceará



Prof. Dr. Emanuel Márcio Nunes
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

José Newton Pires Reis

Prof. Dr. José Newton Pires Reis
Universidade Federal do Ceará

A Deus.

Aos meus pais, Augusto César, *in memoriam*, e Gilvânia Maria e minha amada avó Vilma.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

A Deus e Nossa Senhora, pelas oportunidades que me foram dadas. Espero que eu tenha correspondido a contento os obstáculos colocados e que tenha tirado o maior proveito possível em termos de aprendizado e experiência. À Universidade Federal do Ceará (UFC) e, em especial ao Mestrado Acadêmico em Economia Rural (MAER) por ter me dado à oportunidade de realizar esse curso.

À CAPES pelo apoio financeiro com a concessão da bolsa de estudos durante esses 24 meses. Aos funcionários Mônica e Ricardo, por toda disponibilidade, carinho e atenção. Aos meus amados colegas do curso, pelas alegrias e dificuldades compartilhadas, especialmente a Jocyane Coelho, José Alex, Andrea Ferreira, Otácio Pereira, Evanio Mascarenhas, Leonardo Rufino, Mamadu Alfa, Ansu Mancal, Maria Luiza, Karla Karolline, Caliane Borges, José Wandemberg, Janaina Cabral, William Bruno, Fabiano Luiz e Janaildo Soares, que além das experiências do mestrado me foi dada a oportunidade de manter vivências diárias com esses novos e grandes amigos que certamente vou levar para toda vida.

Ao meu professor orientador, Guillermo Gamarra Rojas, que sempre contribuiu de maneira pertinente e eficaz com muita paciência e atenção. Esses ensinamentos adquiridos foram de grande valia em meus estudos e na minha carreira como mestrando. Aos meus queridos professores membros da banca examinadora, Emanuel Márcio e José Newton, à qual conservo um profundo respeito e admiração. Obrigada por todas as contribuições e críticas que serão de extrema importância para o trabalho.

Às minhas queridas amigas Ane Kelly, Fabiola Maria, Sabrina Araújo e Meire Duarte por toda amizade, força, apoio e incentivo durante esses dois anos. À minha maravilhosa família, em especial minhas queridas mãe e avó que ao longo desses difíceis anos estiveram sempre ao meu lado dando-me amor, apoio e bons ensinamentos que vou guardar por toda vida.

Por fim, meu muito obrigado a todos os agricultores familiares do município de Pentecoste (CE), a EMATERCE do município, aos dirigentes da UAVRC e aos funcionários da fazenda experimental da UFC em Pentecoste, por toda disponibilidade, atenção, paciência e carinho durante a fase de aplicação dos questionários e a todos aqueles, não diretamente citados, que contribuíram de alguma forma para a minha trajetória acadêmica e pessoal.

“É preciso força pra sonhar e perceber que a estrada vai além do que se vê”.
(Los Hermanos)

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar o nível de capital social --- agricultura no Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiáçu, nas comunidades rurais do município de Pentecoste (CE) e nas comunidades pertencentes à União das Associações Vale do Rio Canindé (UAVRC). Os estudos teóricos apontam para a grande evolução das políticas de desenvolvimento territorial e a importância do capital social para o desenvolvimento dessas políticas, instituições e organizações voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar principalmente nas regiões semiáridas, assim como das relações comunitárias. Para a obtenção dos dados foram aplicados questionários referentes ao ano agrícola de 2014 com questões sobre ao tema proposto em 42 comunidades rurais do município de Pentecoste correspondendo a 163 famílias, sendo que dessas, 10 comunidades e 68 famílias pertencem a UAVRC. O início dessa pesquisa se constitui em um aparato histórico referente às políticas ou programas, instituições e formas de organizações presentes no Território em estudo e em seguida na captação do nível de capital social das comunidades rurais do município e da UAVRC. O tratamento analítico dos dados consistiu na aplicação da técnica de análise multivariada conhecida como análise fatorial e a partir da aplicação dessa técnica construiu-se o Índice de Capital Social para as comunidades rurais do município e da UAVRC e, adicionalmente, na identificação e classificação das comunidades em clusters, de acordo com a mensuração do capital social nessas comunidades através da análise de agrupamento ou cluster. Por fim, desenvolveu-se oficinas comunitárias para analisar a percepção dos agricultores da UAVRC quanto às políticas ou programas, instituições, formas de organizações e projetos presentes nessas comunidades através de um Diagrama de Venn demonstrando a situação passada, atual e futura das comunidades. Com isso, foi feito inicialmente a análise do índice que se acredita ser capaz de dar uma ideia a respeito do nível de capital social de acordo com as categorias: grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, coesão inclusão social e políticas públicas e assistência técnica. Em seguida, aplicou-se a análise de agrupamento ou cluster para agrupar esse índice em categorias de ordem baixa, média e alta. O ICS proposto mostrou um nível médio de capital social e uma deficiência em relação as variáveis estudadas, que pôde ser explicado por meio de análises de frequência do banco de dados através das respostas obtidas na pesquisa de campo. De modo geral, verificou-se que há fragilidade principalmente no âmbito da formação de organizações, políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e assistência técnica, tanto para as comunidades rurais do município como um todo quanto para o conjunto da UAVRC.

Palavras-chave: Capital Social. Políticas Públicas. Organizações. Desenvolvimento.

ABSTRACT

This study aims to analyze the level of social capital in agriculture in the Território Cidadania Vales do Curu e Aracatiçu, in rural communities in the municipality of Pentecoste (CE) and communities belonging to União das Associações Vale do Rio Canindé (UAVRC). The theoretical studies point to the great evolution of territorial development policies and the importance of social capital for the development of these policies, institutions and organizations for the development of family farming especially in semi - arid areas, as well as community relations. To obtain the data were administered questionnaires regarding the crop year 2014 with questions about the proposed topic in 42 rural communities in the municipality of Pentecoste corresponding to 163 families, and of these, 10 communities and 68 families belong to UAVRC. The beginning of this research constitutes a historical apparatus relating to policies or programs, institutions and forms of organizations present in the territory under study and then in the capture of the capital level of rural communities in the municipality and UAVRC. The analytical data processing consisted in the application of multivariate analysis methods known as factor analysis and from the application of this technique was constructed the Social Capital Index for rural communities in the municipality and UAVRC and, in addition, the identification and classification of communities in clusters, according to the measurement of social capital in these communities through grouping analysis or cluster. Finally, we developed community workshops to analyze the perception of farmers UAVRC on policies or programs, institutions, forms of relevant organizations and projects in these communities through a Venn diagram showing the past, present and future situation of the communities. Thus, it was initially done the analysis of the content that is believed to be able to give an idea about the level of capital according to the categories: groups and networks, trust and solidarity, collective action and cooperation, cohesion and social inclusion public policies and technical assistance. Then we applied the grouping analysis or cluster to group this index in low-order, medium and high categories. The proposed ICS showed what we already expected: a deficiency in the patterns of social capital of the studied spaces, that could be explained by the database frequency analysis through the answers obtained in the field research. Overall, it was found that there is weakness mainly in the training organizations, public policies for the development and frequent technical assistance, both for rural communities in the municipality as a whole and for the whole UAVRC.

Keywords: Social Capital. Public Policy. Organizations. Development.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e Bartlett.....	60
Tabela 2 – A composição dos fatores de acordo com as cargas fatoriais, variância explicada e comunalidades.....	91
Tabela 3 - Ranking das comunidades do município pelos dez maiores e dez menores ICS.....	63
Tabela 4 - ICS do município de Pentecoste (CE).....	63
Tabela 5 - Ranking das comunidades pertencentes à UAVRC pelos cinco maiores e cinco menores ICS.....	73
Tabela 6 - IDS da UAVRC.....	73

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Territórios rurais e da cidadania pertencentes ao estado do Ceará.....	24
Figura 2 - Modelo do Diagrama de Venn.....	48
Figura 3 – Território da cidadnia Vales do Curu e Aracatiaçu.....	50
Figura 4 - Importância relativa (maior ou menor proximidade do centro), relação histórica (cor azul) e recente (cor rosa) das políticas, organizações, projetos e instituições citadas pelos agricultores das comunidades da UAVRC presentes nas oficinas, 2014.....	80

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Formas de organizações que as famílias de agricultores familiares do município de Pentecoste (CE) participam.....	65
Gráfico 2 - Políticas ou programas envolvidos na geração de desenvolvimento local nas comunidades do município de Pentecoste (CE).....	66
Gráfico 3 - Órgãos que fornecem assistência técnica para agricultura familiar no município de Pentecoste (CE).....	71
Gráfico 4 - Frequência de assistência técnica prestada aos agricultores familiares ao município de Pentecoste (CE).....	71
Gráfico 5 - Formas de organizações que as famílias de agricultores familiares da UAVRC participam.....	75
Gráfico 6 - Políticas ou programas envolvidos na geração de desenvolvimento local nas comunidades da UAVRC.....	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dimensões e Indicadores do ICS.....	38
Quadro 2 – Relação entre objetivos, níveis de agregação socioambiental, métodos e instrumentos utilizados na pesquisa.....	40
Quadro 3 – Conjunto de instituições e formas de organizações agrícolas presentes no Território.....	52
Quadro 4 - Conjunto de políticas ou programas presentes no território.....	55
Quadro 5 – Comunidade por Cluster.....	62
Quadro 6 – Percentual quanto à segurança na comunidade, problemas na comunidade, relacionamento com os vizinhos e confiança das famílias em relação a dirigentes da organização e governantes locais (Município).....	64
Quadro 7 – Comunidades da UAVRC por Cluster.....	72
Quadro 8 – Percentual quanto à segurança na comunidade, problemas na comunidade, relacionamento com os vizinhos e confiança das famílias em relação a dirigentes da organização e governantes locais (UAVRC).....	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1.1 O Problema e sua Importância	15
1.2 Objetivos	17
1.2.1 Objetivo Geral.....	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	18
2.1 O Conceito de território na perspectiva do desenvolvimento territorial.....	18
2.1.1 Territórios da cidadania	22
2.2 Capital Social.....	25
2.3 Políticas públicas como estratégia para o desenvolvimento	28
2.4 Agricultura familiar.....	33
2.4.1 Sustentabilidade na agricultura	34
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS	38
3.1 Origem dos dados e tamanho da amostra	38
3.2 Seleção de indicadores e tratamento dos dados	38
3.3 Métodos de análise.....	40
3.3.1 Análise descritiva	41
3.3.2 Análise fatorial.....	41
3.3.3 Construção do índice de capital social (ICS)	46
3.3.4 Análise de agrupamento ou cluster	47
3.3.5 Oficinas comunitárias e diagrama Venn.....	48
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	50
4.1 O território da cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu.....	50
4.2 O Município de Pentecoste (CE)	60
4.2.1 Índice de capital social (ICS) no município de Pentecoste (CE)	61
4.3 A União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC).....	73
4.3.1 Índice de Capital Social (ICS) na União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC) ..	73
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84
APÊNDICE	91

INTRODUÇÃO

1.1 O Problema e sua Importância

Ao longo dos anos o debate e as discussões em torno da agricultura familiar vêm se intensificando principalmente no âmbito das dinâmicas de desenvolvimento territorial. No entanto, a agricultura familiar, principalmente no Brasil, sempre foi considerada por defensores da modernização agrícola um segmento atrasado, de pouco interesse econômico para a sociedade e menor significância analítica para a academia.

Segundo a FAO/INCRA (2000), a agricultura familiar consiste na gestão da produção e investimentos, exercida principalmente por trabalhadores com grau de parentesco, a qual pressupõe a distribuição igualitária da operacionalização da produção.

Concomitantemente, o debate sobre o desenvolvimento territorial vem sendo enfatizado há algumas décadas, mas adquiriu uma real consolidação a partir das mudanças ocorridas no ambiente, do acirramento das tensões sociais, da desarticulação nas políticas públicas e ultimamente, da incessante degradação dos recursos naturais (ANDRADE & CÂNDIDO, 2008).

A temática sobre desenvolvimento no Brasil se desenvolveu com mais intensidade a partir dos anos 1990. Para Abramovay (2007), essa década, iniciada com a entrada da agricultura familiar no vocabulário científico, é a década atual com uma reavaliação do significado de desenvolvimento rural, pois aborda as dinâmicas territoriais no processo desenvolvimentista.

Atualmente, o capital social tem sido estudado como uma nova abordagem explicativa centrada no desenvolvimento. A estagnação dos modelos de desenvolvimento, com ênfase no crescimento contínuo do produto nacional ou “per capita”, demonstra sua insustentabilidade face às distorções econômicas, sociais, culturais e ambientais produzidas (BARRETO, 2004).

O capital social vem adquirindo maior embasamento, revigorando-se com o objetivo de se tornar de fato consolidado e sustentável, dada a existência de uma grande subjetividade em torno do mesmo. No entendimento de Andrade e Cândido (2008), apesar das

limitações teóricas e metodológicas, este conceito se constitui como um importante elo no processo de revitalização da democracia, fomentando a construção de uma identidade coletiva e, conseqüentemente, interferindo na maior compreensão e resolução dos dilemas atuais.

O mesmo pode ser compreendido como a capacidade que os grupos e organizações que formam a sociedade civil desenvolvem para trabalhar conjuntamente no alcance de objetivos comuns, proporcionando uma maior eficiência na produção coletiva de riqueza (PUTNAM *apud* ANDRADE & CÂNDIDO, 2008).

O Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu, anteriormente denominado de Território de Itapipoca, é um dos seis Territórios da Cidadania que fazem parte do estado do Ceará. Segundo dados do Relatório Analítico do Território dos Vales do Curu e Aracatiaçu (2011), a demanda social a ser atendida por políticas públicas no território é bastante diversificada, formada por 536.385 habitantes, dos quais 47,1%, ou seja, 252.978 pessoas vivem em área rural; são 30.701 agricultores e agricultoras familiares, 3.527 famílias assentadas, 4.536 famílias de pescadores, duas comunidades quilombolas e três terras indígenas.

Dentre os municípios pertencentes a esse Território destaca-se Pentecoste, pertencente ao Micro Território Médio Curu localizado no norte do estado do Ceará, a 89 km de distância da capital Fortaleza. Caracterizado por uma vasta população rural e atividade fortemente agrícolas. Tanto nesse território como no município de Pentecoste existem organizações formais e não formais, fóruns, conselhos e outras instâncias de deliberação e/ou decisão que são sinais positivos de desenvolvimento do capital social, tal como a União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC) formada por membros de 12 comunidades que fazem parte desse município e que trabalha na perspectiva do desenvolvimento local, focando a complexidade das diversas dimensões da vida.

Assim, dadas as transformações no espaço rural verificadas nos últimos anos e a evolução do conceito de capital social frente às relações sociais nas comunidades, a criação de políticas e/ou programas, projetos, organizações e instituições para o desenvolvimento da agricultura, as questões de desenvolvimento territorial com suas políticas de incentivo à diversificação da produção e organização dos agricultores em forma de organizações, percebe-se a importância e a necessidade de analisar o nível de capital social nos três níveis

de agregação socioambiental (Território, Município e UAVRC) para dessa formar entender como o mesmo atua na agricultura e como se relacionam, demonstrando suas necessidades e fragilidades.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar o capital social associado à agricultura em relação aos três níveis de agregação socioambiental no estado do Ceará: Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu, Município de Pentecoste e União das Associações do Vale do Rio Canindé.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as instituições, projetos, políticas ou programas pertencentes ao Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu;

- Calcular o Índice de Capital Social (ICS) das comunidades pertencentes ao município de Pentecoste e à União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC);

- Formar uma tipologia de capital social através do agrupamento do ICS por comunidade no âmbito do município de Pentecoste e da UAVRC;

- Analisar a percepção dos tipos de agricultores da UAVRC em relação às políticas ou programas, projetos, instituições e formas de organizações presentes no meio onde vivem.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Conceito de território na perspectiva do desenvolvimento territorial

A dimensão territorial do desenvolvimento vem despertando cada vez mais o interesse dos cientistas sociais. O território, mais do que uma simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão além de suas características naturais, representando uma trama de relações com raízes históricas, conformações políticas e identidades que exercem um papel ainda pouco notório no próprio desenvolvimento econômico (ABRAMOVAY, 2000).

Andrade (1995) *apud* Furtado & Furtado (2002) alerta para o conceito de território, que não deve ser confundido com a definição de espaço ou de lugar, estando mais relacionado à ideia de domínio ou de gestão de uma determinada área. Dessa forma, deve-se ligar a noção de território à ideia de poder público ou estatal.

É relevante mostrar algumas diferenças conceituais relacionadas ao desenvolvimento citadas por Navarro (2001) de modo a compreender melhor a ideia de desenvolvimento territorial. A primeira expressão é desenvolvimento agrícola que se refere exclusivamente às condições da produção agrícola ou agropecuária, suas características, no sentido estritamente produtivo, identificando suas tendências em um período de tempo dado. A segunda expressão é desenvolvimento agrário, e refere-se a interpretações acerca do “mundo rural” em suas relações com a sociedade maior, em todas as suas dimensões, e não apenas à estrutura agrícola, ao longo de um dado período de tempo.

Desenvolvimento rural diferencia-se das expressões anteriores por uma característica específica. Trata-se de uma ação previamente articulada que induz ou pretende induzir mudanças em um determinado ambiente rural. A definição de desenvolvimento rural tem variado ao longo do tempo, embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento.

Assim, visa melhorar políticas desenvolvidas para o meio rural e desenvolver ações de desenvolvimento. Desenvolvimento rural sustentável é uma das expressões ligadas ao desenvolvimento rural, tendo surgindo nos anos de 1980 a partir da crescente difusão da

expressão “desenvolvimento sustentável”. O termo tem um foco mais limitado, referindo-se aos padrões ambientais requeridos em ações desenvolvidas sobre a ótica do desenvolvimento rural.

Ainda para Navarro (2001), tem-se também a expressão desenvolvimento local que é recente e deriva da multiplicação de ONGs que se instalaram em ambientes restritos e criaram estratégias de “ação local” que se tornou ainda mais acentuada por oposição, quando os impactos do processo de globalização se aceleraram.

A última expressão denominada de desenvolvimento territorial é ainda mais recente e dentre suas várias definições, atenta-se para o fato de que incorpora a “disputa de poder” entre atores que atuam em um determinado espaço e surge em decorrência de um processo de construção social, amparado por normas e valores culturais (FLORES, 2006).

Portanto, desenvolvimento territorial são as ações, os mecanismos, as estratégias e as políticas endógenas desencadeadas por sujeitos locais e regionais em interação com as demais escalas de poder e gestão, reforçando e constituindo territórios por meio de novos usos políticos e econômicos, que integra diversos setores produtivos e sociais, além de incentivar o empreendedorismo, promovendo ambientes favoráveis ao surgimento de novos empreendimentos que gerem renda e bem-estar para as populações (NAVARRO, 2001).

É importante destacar que a ascensão do enfoque territorial surgiu como um complemento à abordagem sobre desenvolvimento rural e diante da desigualdade do sistema capitalista e a evolução dos complexos agroindustriais, sentiu-se a necessidade de elaborar estratégias de desenvolvimento que favorecessem a agricultura familiar em um processo de globalização das áreas rurais buscando a capacidade de inovação local.

O escopo do projeto de desenvolvimento territorial rural é constituído por questões relativas à promoção simultânea de transformações produtivas e institucionais, à consideração de alternativas distintas de combate à pobreza, à previsão de atividades em médio e longo prazo, à consideração das identidades territoriais, socialmente construídas, e ao envolvimento da diversidade de atores presentes no território (ZANI, 2010).

De acordo com Albuquerque & Cândido (2011), os movimentos sociais bem como a extensão rural têm papéis importantes, contribuindo para formação dos indivíduos, uma vez que a política territorial não deve consistir em remanejamento de recursos e riquezas já

existentes, mas em despertar os potenciais para a sua criação através de iniciativas e coordenações por meio de organizações que sejam significativas para os atores locais.

A dimensão territorial vai além de apontar vantagens e obstáculos geográficos. Ela estuda as ações cooperativas realizadas por instituições na captação de bens como saúde, moradia, educação e informação enriquecendo e promovendo o desenvolvimento da localidade.

Conforme Abramovay e Beduschi (2003), a lógica das ações territoriais depende da capacidade de criação de riquezas que a interação entre os atores locais são capazes de constituir. Portanto, nota-se uma interação entre empresas, representantes eleitos do setor associativo local, Estado e conhecimentos dos indivíduos locais.

As agências públicas são desafiadas a participar do processo de aprendizagem, não podendo limitar-se apenas a enviar recursos e treinamentos para melhoria dos negócios e as agências locais devem atuar como ator principal na formação e desenvolvimento de projetos. A noção de agência atribui ao ator individual e coletivo à capacidade de processar a experiência social e de desenhar formas de enfrentar a vida, mesmo sob as mais extraordinárias formas de coerção (ABRAMOVAY & BEDUSCHI FILHO, 2003; LONG & PLOEG, 2011).

Os atores ou agentes exercem um tipo de poder, mesmo os que estão em posições de extrema subordinação. É de suma importância ressaltar que a agência não é um atributo apenas do ator individual. Ela se revela quando ações particulares causam uma mudança em relação a um estado de coisas ou curso de eventos pré-existentes, ocasiona relações sociais e somente pode se tornar concreta através delas (LONG & PLOEG, 2011).

Ao analisar as experiências mais significativas, Coelho (2000) identifica três modalidades de ação local, considerando alguns aspectos básicos que os diferenciavam: a) a primeira modalidade representa um desdobramento modernizador de formas de atuação mais tradicionais na área urbanística ou político-administrativa; b) a segunda modalidade refere-se àquelas experiências que vêm ancoradas em ações locais de geração de trabalho e renda; c) uma terceira modalidade são experiências de constituição de pactos territoriais e de redes de desenvolvimento econômico local.

Essa terceira modalidade caracteriza as experiências de desenvolvimento econômico local. Coelho (2000) ainda enfatiza os principais elementos que compõem essa forma de desenvolvimento: a existência de redes econômicas e sociais¹, formas de integração horizontal e vertical de cadeias produtivas, parcerias entre atores públicos e privados, serviços especializados para microempreendedores e a institucionalidade desta ambiência produtiva.

Assim, pode-se definir o desenvolvimento econômico local como a construção de um ambiente produtivo, diversificado e inovador, no qual se desenvolvem e se institucionalizam formas de cooperação e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais de tal modo que amplie as oportunidades locais, gere trabalho e renda, atraia novos negócios e crie condições para um desenvolvimento humano sustentável (COELHO, 2000).

Deste modo, busca-se o fortalecimento de um processo de descentralização do desenvolvimento sócioeconômico, pensando atividades diversificadas, utilização de tecnologias adaptadas, redução de custos financeiros, baixos impactos ambientais e valorização das identidades locais. A agricultura familiar necessita assim de um ambiente social e econômico propício para a ampliação de mercados, além de um desenvolvimento mais integrado (GUIMARÃES & SILVEIRA, 2011; COELHO, 2000).

A respeito da relação entre desenvolvimento regional e local, Piffer & Alves (2009) *apud* Inácio *et al.* (2013) afirmam que as regiões necessitam de uma capacidade inovadora promovida por redes articuladas e caracterizadas pelo consumo de novas tecnologias, de flexibilidade na gestão e organização de produção adaptadas pelo Estado, proporcionando uma relação entre o mesmo e a sociedade em favor do desenvolvimento local.

Então, compreende-se território como uma valorização do meio rural e de seus atores sociais buscando a promoção da sustentabilidade ambiental, redução da pobreza no campo, diversificação produtiva, abertura de mercados dinâmicos e conservação das identidades locais. Como citam Amorim & Staduto (2008), é uma nova unidade de referência que converge para o desenvolvimento rural.

¹De acordo com Long (2007), as redes resultam em elementos chaves nesse processo para o recolhimento de informações, formação de opinião, legitimação do ponto de vista próprio e mobilização de recursos, criando um espaço social e político.

2.1.1 Territórios da cidadania

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) o Programa Territórios da Cidadania (PTC), lançado em 2008 pelo Governo Federal, tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura, e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses Territórios com participação social e a integração entre Governo Federal, Estados e Municípios.

Baseado no Programa Territórios Rurais² implementado pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) que conta com a parceria de diversas instituições da sociedade civil, além dos governos federal, estaduais e municipais, colegiados de âmbito territorial, fóruns constituídos em cada território por instituições da sociedade civil e do poder público, responsáveis pelo planejamento territorial, pela articulação institucional, elaboração de propostas e projetos técnicos, acompanhamento e controle social das ações do programa e de outras políticas públicas que concorrem para o desenvolvimento sustentável dos territórios, foram implementados os Territórios da Cidadania.

Os Territórios Rurais e os Territórios da Cidadania estão, portanto, ligados ao enfoque territorial, o que implica na multidimensionalidade do desenvolvimento, e na gestão social, que preconiza o envolvimento plural de atores no processo deliberativo dos programas, oriundos de diferentes setores. O PTC incorpora diretrizes gerais dos Territórios Rurais, como a abordagem territorial, a visão de rural, e a valorização das identidades. Ele pode ser entendido também como uma iniciativa que valoriza a experiência institucional acumulada pelo MDA, no tocante à execução de políticas de desenvolvimento territorial, agrícolas, de garantia do direito a terra, e de promoção da igualdade (FRANÇA, 2010; ZANI, 2010).

Sendo assim, o programa emergiu em um contexto caracterizado por alterações na agenda do governo, na dinâmica das políticas sociais, pelo fortalecimento do MDA, e pelo ambiente propício à articulação federativa e setorial. Para França (2010), a essência do

² Segundo Brasil (2013), são 239 Territórios Rurais organizados que contemplam 1072 municípios com ações destinadas aos agricultores fortalecendo as políticas de crédito de apoio à comercialização e assistência técnica.

Programa é o planejamento territorial e a coordenação de ações setoriais para a superação da pobreza e das desigualdades sociais em áreas rurais.

A escolha e priorização dos Territórios Rurais a serem incorporados ao PTC seguiram os seguintes critérios: (a) estar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do MDA; (b) menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) territorial; (c) maior concentração de beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF); (d) maior concentração de agricultores familiares e assentados da reforma agrária; (e) maior concentração de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; (f) baixo dinamismo econômico, segundo a tipologia das desigualdades regionais constantes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, do Ministério da Integração Nacional; (g) convergência de programas de apoio ao desenvolvimento de distintos níveis de governo; (h) maior organização social; e (i) maior concentração de municípios de menor Índice de Desenvolvimento de Educação (IDEB); sendo este último critério válido apenas para os territórios incorporados a partir de 2009 (BRASIL 2008; BRASIL, 2009).

De acordo com o MDA (2009), além destes critérios com previsão legal, outros elementos também foram observados, como as prioridades ou políticas de governo: Consads, Amazônia Legal, Arco Verde, Reservas Extrativistas, Mesorregiões e Bacia do São Francisco, mínimo de dois e máximo de oito Territórios por estado; além da consulta aos estados para definição dos Territórios da Cidadania a partir de 2009. Assim, com base nestes critérios, em 2008 foram atendidos os 60 Territórios Rurais que apresentavam os menores IDH e baixo dinamismo econômico, ampliados para 120 em 2009. Esses 120 Territórios da Cidadania concentram 1850 municípios brasileiros (33% do país), mais de 13 milhões de moradores rurais (45% do país), contemplando 50% da demanda social do programa (ZANI, 2010).

A arquitetura institucional gestora dos Territórios da Cidadania é composta pelo Comitê Gestor Nacional, Comitê de Articulação Estadual e Colegiado Territorial. O Comitê Gestor Nacional é, por sua vez, formado pelos Secretários Executivos de todos os Ministérios que compõem o Programa. É responsável pela criação e modificação dos Territórios, aprovação das diretrizes, mobilização dos atores federativos, organização das ações federais, avaliação da política, dentre outras. Integram esta instância o Comitê Executivo, composto por Casa Civil, MDA e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; além de Comitês

Técnicos, relacionados aos eixos de atuação do Programa, mais um voltado à interlocução social e federativa (FRANÇA, 2010).

O Comitê de Articulação Estadual é formado pelos órgãos federais indicados pelo governo federal, pelos órgãos estaduais indicados pelo governo estadual e por prefeitos dos territórios (no máximo dois). De caráter consultivo e propositivo, este Comitê tem por função apoiar a organização e mobilização dos Colegiados Territoriais; apresentar, articular, acompanhar e divulgar as ações do Programa; fomentar a integração das diversas políticas públicas nos territórios, dentre outras (MDA, 2009).

O Colegiado Territorial é composto paritariamente por representantes governamentais e da sociedade civil organizada em cada Território. Os documentos sugerem a incorporação de novos atores aos colegiados previamente existentes, de modo que sejam contemplados os representantes das três esferas federativas, representantes dos conselhos de políticas públicas, da sociedade civil, de atores econômicos, etc. Tem por atribuições precípua definir o Plano de Desenvolvimento do Território; promover a interação entre gestores públicos e conselhos setoriais; pactuar a agenda de ações; discutir alternativas para o desenvolvimento; exercer o controle social sobre o Programa (MDA, 2009). Tomando como exemplo o estado do Ceará, que possui treze Territórios Rurais e seis Territórios da Cidadania (Cariri, Vales do Curu e Aracatiaçu, Sertão Central, Sertões de Inhamuns/Crateús, Sertões de Canindé e Sobral) mostrados na Figura 1 e escolhidos a partir dos critérios do PTC citados anteriormente.

Figura 1- Territórios rurais e da cidadania pertencentes ao estado do Ceará



Fonte: Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA), 2014.

2.2 Capital Social

Conforme Sachs & Lages (2001), a expressão “capital social” procura dar significado à importância da presença e da qualidade das relações sociais para o desencadeamento do processo de desenvolvimento. Deste modo, refere-se às relações que os indivíduos desenvolvem mutuamente. Rattner (2003) distingue quatro formas básicas de capital: o natural, composto pelos recursos naturais aproveitáveis em cada espaço geográfico-ecológico; o físico, construído pela sociedade, tal como a infraestrutura, as máquinas e equipamentos, o sistema financeiro; o humano, resultado do nível de educação, saúde e acesso à informação da população, e o capital social, conceito inovador nas análises e propostas de desenvolvimento.

Esse conceito ganhou destaque a partir da década de 1990 e recentemente inseriu-se com mais frequência no vocabulário dos indivíduos. De acordo com Albagli & Maciel (2002) algumas das razões para essa rápida difusão foi a valorização das relações e estruturas sociais no discurso político e na ótica econômica e o reconhecimento dos recursos embutidos

em estruturas e redes sociais não contabilizados por outras formas de capital, além da valorização de sua importância para o desempenho econômico.

Antes de apresentar algumas definições referentes ao capital social, é possível traçar pelo menos três principais origens desse conceito: a primeira, limita-se aos escritos de autores provenientes das ciências sociais que evidenciaram e difundiram expressamente o termo, destaque para Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam. A segunda trata de certos elementos como confiança, coesão social, redes, normas e instituições, em vários contextos e disciplinas. A terceira mais extensa inclui autores cuja produção contém elementos precursores do conceito de capital social - remonta à sociologia clássica do século XIX, incluindo autores como Émile Durkheim e Max Weber (ALBAGLI & MACIEL, 2002). Seguem abaixo algumas contribuições referentes à linha de pensamento do primeiro conjunto de autores que são de fundamental importância para a formação teórica do presente trabalho em relação a esse tema.

Segundo Albagli & Maciel (2002), esses autores definem capital social a partir de sua funcionalidade e considerando uma variedade de relações presentes na estrutura social que facilita as ações dos indivíduos. Ademais, segundo os autores, Bourdieu usou o termo “Capital Social”, pela primeira vez, no início da década de 1980, para se referir às vantagens e oportunidades de se pertencer a certas comunidades e definiu esse termo como “o agregado de recursos reais ou potenciais que estão ligados à participação em uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de mútua familiaridade e reconhecimento que provê para cada um de seus membros o suporte do capital de propriedade coletiva”.

Ainda segundo aqueles autores, Coleman procurou unir a abordagem sociológica com a econômica e dentre seus vários estudos e definições em relação ao tema, é importante destacar que o mesmo especifica três formas de capital social: a primeira lida com o nível de confiança e a real extensão das obrigações existentes em um ambiente social. O capital social é elevado onde as pessoas confiam umas nas outras e onde essa confiança é exercida pela aceitação mútua de obrigações. A segunda diz respeito a canais de trocas de informações e ideias. Na terceira forma, normas e sanções constituem capital social onde elas encorajam os indivíduos a trabalharem por um bem comum, abandonando interesses próprios imediatos. Assim, capital social é definido por sua função, não é uma entidade singular, mas uma

variedade de diferentes entidades, com dois elementos em comum: são todos consistentes com alguns aspectos das estruturas sociais e facilitam certas ações dos atores – sejam pessoas ou empresas – no âmbito da estrutura (COLEMAN, 1990 *apud* ALBAGLI & MACIEL, 2002).

Conforme Long (2007), a questão da agência humana é central nesse debate. É a maneira como os atores locais aplicam os programas de desenvolvimento, mediante práticas discursivas e organizadoras, manipulam certos elementos restritivos em um esforço para envolver os outros indivíduos em seus projetos. A capacidade desses atores de estabelecer relações organizadas (mercantis e não mercantis) é o que favorece não só a troca de informações e a conquista mútua de certos mercados, mas também pela existência de bens públicos e de administrações capazes de promover a dinamização regional, sendo possível criar capital social onde não existe. (ABRAMOVAY, 1998; ALBUQUERQUE & CÂNDIDO, 2011).

Na visão de Beduchi Filho & Abramovay (2004), a depender da capacidade criadora que a própria interação entre atores locais é capaz de conduzir, pode-se substituir as estruturas sócio-políticas piramidais por uma abordagem policêntrica com múltiplas instâncias de decisão em relação ao destino dos territórios que enquadra os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais. Já para Putnam (1993), capital social é tido como traços da vida social – redes, normas e confiança – que facilitam a ação e a cooperação na busca de objetivos comuns.

O autor acredita que a confiança ajuda na melhoria da vida social. Sociedades com elevados graus de confiança tornam-se e permanecem ricas porque são cívicas. O capital social é compreendido como sendo o conjunto das características da organização social, que englobam as redes de relações, normas de comportamento, valores, confiança, obrigações e canais de informação, o capital social, quando existente em uma região, torna possível a tomada de ações de colaboração que resultam no benefício de toda a comunidade.

A abordagem acerca do capital social associada a Putnam se refere à natureza e extensão do envolvimento de um indivíduo em várias redes informais e organizações cívicas formais. Desde a conversa com os vizinhos ou o engajamento em atividades recreativas, até a filiação a organizações ambientais e partidos políticos, o capital social é usado como um

termo conceitual que caracteriza as muitas e variadas maneiras pelas quais os membros de uma comunidade interagem (GROOTAERT *et al.*, 2003).

Deste modo, é possível traçar um mapa da vida associativa da comunidade e, com isso, perceber um conjunto de problemas sociais que têm sido empiricamente associados à existência ou falta de capital social em uma comunidade, e com eles um sentido de preocupação por parte de cidadãos e formuladores de políticas públicas de que novas formas de capital social precisam ser imaginadas e construídas.

O capital social tem contribuído de forma significativa para o aumento da produção, desenvolvimento tecnológico, formação de organizações principalmente no meio rural acarretando no desenvolvimento econômico. Quanto às relações com o desenvolvimento, faz-se referência às normas, instituições e organizações que promovem a confiança, a ajuda recíproca e a cooperação entre as pessoas nas comunidades (RATTNER, 2003). O capital social é uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: consistem em algum aspecto de uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior dessa estrutura. É, então, uma ferramenta para a melhoria de dilemas de ações coletivas, ou seja, na forma de cooperação eles conseguem alocar de maneira mais eficiente os recursos, abrindo caminho para o estabelecimento de novas relações entre os habitantes de uma determinada região (ABRAMOVAY, 2000).

Em suma, os principais autores apresentados que tratam sobre a lógica do capital social, debatem a eficiência das redes de relações sociais e das normas sociais como guias de ação para o indivíduo, que também são construídas ou reforçadas pelos próprios indivíduos ou coletivos. A confiança é enfatizada, além da coesão social, participação, as quais geram conexões e redes, refletindo assim no desenvolvimento socioeconômico e aperfeiçoamento institucional. Contudo, também denotam interesses divergentes e conflitos, explícitos ou velados.

2.3 Políticas públicas como estratégia para o desenvolvimento

A partir do final dos anos 1980, as políticas públicas e discussões teóricas sobre desenvolvimento reemergiram em bases inteiramente diferentes daquelas da década de 1970.

Esta retomada foi influenciada pelas transformações sociais, políticas e econômicas que se operaram no âmbito do Estado, dos atores da sociedade civil e nos enfoques analíticos dos próprios estudiosos.

Schneider (2010) ressalta que, naquela década, as políticas de ajuste macroeconômico executadas pelo Governo Federal impactaram fortemente nas exportações do agronegócio brasileiro. O controle do processo inflacionário mediante o Plano Real, executado em 1994, e o abandono do regime de câmbio fixo, em 1999, contribuíram decisivamente em alavancar as exportações do país. Ainda para o autor, naquele período, várias organizações da sociedade civil ganharam diversidade e densidade, por exemplo, as Organizações Não-Governamentais (ONGs), as associações, as cooperativas, entre outras. De uma maneira geral, pode-se dizer que a sociedade civil readquiriu e ampliou a diversidade de formas de expressão de sua complexidade política o que, sem surpresa, acaba estimulando conflitos e disputas, e às vezes revelando suas contradições.

Segundo Nunes (2009), nesse período de “modernização conservadora da agricultura brasileira” a produção era praticada por grandes empresas agrícolas do setor de exportação, e teve (e ainda tem) o apoio do Estado brasileiro através de políticas agrícolas, a exemplo do crédito (subsidiado e incentivos fiscais), da pesquisa agropecuária (com financiamento público), da assistência técnica e da formação de mercados.

O modo camponês de fazer agricultura era visto como um atraso ao desenvolvimento, mesmo com sua existência reconhecida, as realidades camponesas sempre foram vistas pelos defensores da modernização agrícola como um obstáculo à mudança, obstáculo esse que poderia ser melhorado através da transformação desses camponeses em agentes econômicos mais capitalizados e estruturados, apesar de serem produtores simples de mercadorias (PLOEG, 2008).

De acordo com Tibúrcio (2011), as políticas públicas que visavam o desenvolvimento do meio rural até o final dos anos 1980, voltavam-se à modernização do latifúndio e concentravam-se nas metas de intensificação das relações de trabalho, elevação da produção e aumento dos índices de produtividade nas propriedades, isto por meio de pacotes tecnológicos exógenos inspirados na filosofia da revolução verde.

Neste contexto, o segmento dos agricultores familiares em bloco foi forçado a competir por recursos públicos e por políticas públicas com grupos capitalizados e hegemônicos, o que restringia quase que de maneira total seu acesso às políticas. Do final dos anos 1980, ao início dos anos 1990, emergiram no Brasil políticas públicas governamentais preocupadas com a agricultura familiar, ajudando e tentando resgatar e valorizar a produção de produtos agrícolas tradicionais e, conseqüentemente, aquecer e fortalecer os mercados locais e regionais.

Isso possibilitou a valorização daquelas regiões menos favorecidas, a exemplo da região Nordeste e parte da região Sul, as quais ainda não tinham sido totalmente tocadas pelas ações homogeneizantes da revolução verde e das forças da globalização. No período citado, a economia brasileira também passava por profundas transformações decorrentes da crise fiscal, do ajuste macroeconômico dos anos 1980 e da intensificação do processo de liberalização comercial e financeira dos anos 1990, mudando o foco acerca do papel do Estado no âmbito das políticas públicas, gerando impactos importantes no setor agrário (NUNES, 2009; SILVA, 2006).

A partir dos anos 1990, passou-se a atribuir novos papéis à agricultura e ao meio rural, com destaque para a necessidade de atividades econômicas na geração de emprego, respeitando a diversidade regional e a preservação ambiental. No início dessa década, o Estado passou a criar políticas voltadas à agricultura familiar, visando o fortalecimento dos mercados locais por meio do estímulo ao surgimento de dinâmicas de desenvolvimento rural (DENARDI, 2001; NUNES & SCHNEIDER, 2012).

De acordo com Tibúrcio (2011), neste período, multiplicavam-se no Brasil os estudos que diferenciavam o meio rural das atividades primárias, enfatizando sua definição como um espaço geográfico dotado de relações políticas, econômicas, sociais e culturais próprias que não se limitavam a aspectos produtivos. Esses estudos, assim como a inserção de movimentos sociais, contribuíram o reconhecimento da contribuição e importância do meio rural no desenvolvimento econômico e social do país, demonstrando que nesse meio existiam atividades que iam além da agricultura.

A incorporação da expressão “agricultura familiar” também ganhou projeção e respaldo em meados dos anos 1990 (MDA/INCRA/FAO, 2000). No campo político, a adoção

desse termo parece estar relacionada aos embates que os movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), tiveram nas discussões acerca do espaço e papel dos agricultores familiares. Com efeito, os sindicatos e movimentos sociais de reivindicação ligados ao campo começaram a se interessar pelos problemas ligados aos agricultores familiares, os quais, até o final dos anos 1980 eram vistos unicamente como camponeses opostos aos latifúndios e congregavam várias categorias sociais encaixadas sob uma mesma denominação.

No Brasil, é notório destacar a rica diversidade e heterogeneidade ainda mantida na região Sul, abrindo mesmo assim, espaço para a modernização. Surgiram então políticas públicas direcionadas cada vez mais para a formação de estruturas organizacionais nos meios rurais (cooperativas, associações, etc.) e institucionais (cooperativismo, associativismo, etc.). Essas políticas buscam apoiar de forma financeira e organizacional o agricultor familiar, trazendo a ideia de que além do apoio financeiro, a formação bem sucedida de estruturas de produção econômica e de organização é de suma importância para uma maior autonomia, assim como para a produção diversificada, podendo haver melhor negociação na inserção em mercados (NUNES & SCHNEIDER, 2012).

A fim de atender determinadas necessidades, a partir do início dos anos 1990, as políticas públicas tomaram um grau de diferenciação, voltando-se mais especificamente para as temáticas ambientais, sociais, de desenvolvimento rural e apoio à produção. Para Nunes & Schneider (2012), na construção deste novo debate, a análise da economia institucional tem sido utilizada para explicar a ação das políticas de valorização da diversidade regional, da diversificação da agricultura familiar, do desenvolvimento endógeno e da heterogeneidade dos espaços rurais.

Em meio ao surgimento de algumas políticas voltadas para o agricultor familiar, pode-se citar como uma das ações de política agrícola mais importante a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o qual surgiu em 1996 para ampliar a oferta de crédito para os agricultores. De acordo com Schneider (2009),

Este programa, que em larga medida foi formulado como resposta às pressões do movimento sindical rural realizadas desde o início da década de 1990, nasceu com a finalidade de prover crédito agrícola e apoio institucional às categorias de pequenos produtores rurais que vinham sendo alijados das políticas públicas ao longo da década de 1980 e encontravam sérias dificuldades de se manter na atividade. (SCHNEIDER, 2009, p. 35)

Com a criação do PRONAF, os movimentos sociais de reivindicação, principalmente os movimentos coordenados pelos sindicalistas, passaram a exigir mais ajuda governamental para a nova categoria intitulada agora agricultores familiares, acarretando aprimoramento do programa e a necessidade do surgimento de outras políticas de apoio. No Brasil, são várias as políticas públicas voltadas à promoção de dinâmicas de desenvolvimento rural por meio da agricultura familiar. Segundo Sabourin (2009),

Essas políticas são divididas em cinco grupos: i) políticas distributivas de apoio à produção (subsídios, créditos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e do MDA); ii) a política de irrigação da Secretaria de Recursos Hídricos; iii) as políticas sociais proporcionadas pelo MDS (segurança social, aposentadorias rurais, Fome Zero, Bolsa-Família, aquisição de alimentos); iv) as políticas de regulamentação: do manejo dos recursos naturais, com o Ministério do Meio Ambiente, da administração dos mercados, com o Ministério da Indústria e do Comércio, da gestão de normas sanitárias, com o MAPA e; iv) as políticas de tributação com o Ministério das Finanças e Economia (SABOURIN, 2009, p. 150-151).

Com a divisão das políticas citadas anteriormente, percebe-se que atualmente há uma grande preocupação com a produtividade, ganhos e promoção de mercados para os agricultores familiares. Essas políticas atuam como uma forma de amparo, subsídio e até mercado, porém, ainda necessitam de alguns ajustes.

A agricultura familiar ainda necessita de apoio externo para os aspectos de produção (assistência técnica), certificação e comercialização, sendo que a organização dos agricultores é fundamental para alcançar esse tipo de apoio. Conforme Vriesman *et al.* (2012), a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na agricultura familiar pode criar condições objetivas para auxiliar os agricultores a vencerem os obstáculos encontrados, principalmente na questão da certificação e comercialização dos produtos orgânicos, contribuindo para a expansão dessa agricultura no Brasil.

A nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER) têm como princípio estimular e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, tendo como objetivo o fortalecimento da agricultura familiar, visando à melhoria da qualidade de vida através da adoção de uma agricultura de base ecológica, contribuindo na segurança alimentar da população (VRIESMAN *et al.*, 2012).

2.4 Agricultura familiar

A agricultura familiar é um importante segmento de caráter econômico e social que ao passar dos anos vem adquirindo mais atenção, e suas particularidades passam a compor o campo de análise das dinâmicas de desenvolvimento. No Brasil, a partir dos anos 1990, começaram a surgir discussões a respeito da mesma, principalmente na região Sul do país.

A agricultura familiar consiste no cultivo da terra e respectivo aproveitamento por pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra as pessoas da família do proprietário. A agricultura tradicional é uma forma baseada inteiramente nas espécies de fatores de produção utilizados durante gerações pelos agricultores e tem no conhecimento sua possibilidade de transformação e aquisição de capital (VRIESMAN *et al.* 2012, SCHULTZ, 1964).

Para Wanderley (1997), através de suas estratégias de reprodução, o agricultor familiar enfrenta os novos desafios com as armas que possui e que aprende a utilizar ao longo do tempo. Com a propagação do padrão moderno de agricultura após a “Revolução Verde”, o mundo rural passou a depender de novos interesses, classes e formas de vida e de consumo, majoritariamente urbanas.

De acordo com dados do IBGE (2006), atualmente a agricultura familiar inclui 85% dos estabelecimentos rurais, ocupa 30% das terras, responde por 38% da produção e por 77% das ocupações em atividades agropecuárias. Além disso, contribui com 60% da produção de itens básicos da mesa do brasileiro, tais como hortaliças, feijão, arroz, milho, mandioca, leite e carne, entre outros, demonstrando assim sua importância.

A partir dos anos 1970 um conjunto de programas foram implementados nas regiões com menos poder aquisitivo. Em tal contexto, a transformação social e econômica e a melhoria do bem estar dessas populações rurais foi entendida como o resultado “natural” do processo de mudança produtiva na agricultura.

Neumann (2003) enfatiza que apesar do histórico alijamento da agricultura familiar do processo de desenvolvimento, em favor de políticas que sempre privilegiaram a grande propriedade, as unidades de produção familiares exercem um peso significativo em

nossa economia. O desafio é reconhecer a agricultura familiar como uma forma social inserida no mundo atual.

Com a modernização da agricultura, iniciada na região Sul por volta da década de 1950, surgiram discussões em torno do desenvolvimento da agricultura camponesa sob influência do capitalismo. Com a Revolução Verde, o mundo rural passou por constantes transformações sociais, culturais e políticas. Nessas circunstâncias foi dado maior poder às indústrias de alta tecnologia.

O processo de modernização agrícola, principalmente no caso brasileiro se processou de forma seletiva. O mesmo privilegiou os territórios, as culturas e os segmentos socioeconômicos mais rapidamente aptos à organização de uma atividade agrícola sustentada pelas inovações técnico-científicas que, assim, pudessem ter uma produção e um consumo globalizados e conectados aos demais setores da economia (FERREIRA & MESQUITA, 2013).

Pode-se ressaltar que não se trata apenas de transferir a experimentação agrícola ao meio rural ou de adaptar o agricultor às técnicas propostas, trata-se de construir as hipóteses de trabalho considerando-se mais profundamente as formas de exploração do espaço agrário, definidas pelas práticas de exploração do meio natural, historicamente desenvolvidas pela população rural que vive em determinado espaço. É importante considerar as diferentes formas de organização da produção e as relações sociais estabelecidas entre os diferentes grupos (NEUMANN, 2003; DUFUMIER, 1996).

Assim, Sabourin (2000) destaca que o desenvolvimento da agricultura familiar principalmente no Brasil está dependendo cada vez mais de relações territoriais, de redes econômicas, sociais e técnicas, como aquelas verificadas no caso das pequenas e médias empresas. Isso é associado ao debate sobre territorialidade e a promoção de políticas públicas locais e regionais.

Além do pressuposto da modernização agrícola, a mesma deve ser estimulada por uma questão de igualdade social, diversificação produtiva e formas de organizações bem administradas. Para Neumann (2003), deve-se apresentar uma melhor opção em termos de sustentabilidade econômica, ambiental e social.

2.4.1 Sustentabilidade na agricultura

Em anos recentes, é comum e crescente o debate a respeito da sustentabilidade e das práticas agroecológicas de produção no meio rural, abrindo espaço para discussões em relação a modos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente, que promovam a inclusão social, diversificação produtiva e melhores condições econômicas para os agricultores familiares.

Um dos conceitos que melhor define o desenvolvimento sustentável está no relatório da Comissão Brundtland (JARA, 1998, p. 51), como sendo: “um processo que busca satisfazer as necessidades e aspirações do presente, sem comprometer a possibilidade das gerações futuras para atender a suas próprias necessidades”. A busca pela sustentabilidade cada vez mais procura integrar fatores econômicos, sociais, políticos, ecológicos e culturais.

O desenvolvimento sustentável propõe que o desenvolvimento local opere no meio rural, considerando que as comunidades devem buscar e investir em características e potencialidades próprias, na busca de especialização em atividades que lhes tragam vantagens comparativas de cunho econômico, social, político, tecnológico e claro, ambiental, tendo a agricultura familiar como instrumento (FURTADO & FURTADO, 2003).

Os princípios chaves para a sustentabilidade são integrar os procedimentos biológicos e ecológicos nos processos de produção de alimentos, minimizar a entrada de recursos não renováveis, fazer uso do conhecimento dos agricultores melhorando assim as atividades no sistema e do trabalho em grupo para resolver problemas agrícolas de cunho coletivo. Essa ideia não exclui o uso de tecnologias, devendo funcionar de modo a melhorar o processo produtivo, não prejudicando o meio ambiente (PRETTY, 1995).

A emergência das discussões a respeito do desenvolvimento territorial no Brasil na década de 1990 está relacionada com a incorporação da noção de sustentabilidade e meio ambiente. Schneider (2010) explica que as diferentes esferas de governo passam então a direcionar esforços para tratar das questões ambientais, muitas delas envolvendo regulamentações que preveem a realização de estudos de impacto e formas de controle da atividade econômica.

Em relação ao meio rural, principalmente por conta da pressão do aumento da produtividade, impulsionando a elevação do uso de fertilizantes, máquinas agrícolas, pesticidas e etc., essas novas abordagens sobre desenvolvimento sustentável são necessárias

para tentar minimizar os danos ao meio ambiente e aos indivíduos que fazem parte do processo produtivo e de compra.

A agricultura orgânica está em franca expansão, fato explicado pela maior conscientização dos consumidores em relação aos efeitos negativos da agricultura convencional intensiva. Esses agricultores observam na agricultura orgânica uma oportunidade em promover seu desenvolvimento econômico e social, uma vez que o mercado em expansão e a redução do uso de insumos externos combinados com um valor adicional dos produtos orgânicos proporcionam um ganho econômico melhorando os aspectos de subsistência para os mesmos (VRIESMAN *et al.*, 2012).

Com base em dados do IBGE (2006), no Brasil, 90% da produção orgânica é advinda da agricultura familiar. Assim, pode-se dizer que a mesma é uma forma de sustentabilidade econômica e social para a agricultura familiar, pois busca a exploração de sistemas agrícolas diversificados, maior densidade de áreas verdes, economia no consumo de energia e preservação da biodiversidade, contribuindo para manter a qualidade de vida dos produtores e consumidores.

Na agricultura familiar há uma relação direta com a natureza e, por isso, os problemas ambientais passam a ser um problema social. Portanto, é expresso o interesse que os indivíduos do campo devem ter em relação à preservação do solo, o plantio, a produção, a colheita e o destino dos resíduos nas suas plantações, para assim gerar o desenvolvimento sustentável e não comprometer suas futuras produções.

Uma sociedade sustentável é o resultado de um processo de transformação que vem se desenvolvendo ao longo dos anos e a transição para a agricultura sustentável é um procedimento de aprendizagem amplamente partilhada e de reconstrução social do meio ambiente. De acordo com Rolling & Jiggins (1998), essa mudança não é só o resultado da intervenção técnica, mas, sobretudo uma solução negociada com base na junção de interesses institucionais e políticos.

Não se pode esperar apenas a introdução de diferentes métodos e tecnologias para agricultores individuais, é necessária uma transformação de todo o sistema complexo que pode ser chamado de “agricultura convencional” para um sistema suave igualmente

complexo, mas diferente, a ser chamado “agricultura sustentável” (ROLLING & JIGGINS, 1998).

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

3.1 Origem dos dados e tamanho da amostra

A pesquisa é de cunho quantitativo e qualitativo voltando-se para a instrumentalização empírica das hipóteses formuladas através de uma modalidade de investigação que apresenta, em sua natureza, uma visão de mundo a partir da perspectiva do sujeito. Os dados e informações empregados no estudo foram de origem primária e secundária. Os secundários foram obtidos através do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável Território Vales do Curu/Aracatiaçu (PTDRS), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e por meio de consulta bibliográfica a respeito do tema proposto, ou seja, no exame de diversos livros, artigos e periódicos que informam os aspectos do tema na atualidade.

O período da coleta de dados primários fez referência ao ano de 2014. Eles foram obtidos através da aplicação de questionário semi – estruturado junto a 163 famílias de agricultores familiares de 42 comunidades rurais do município de Pentecoste (CE). Dessas, 10 fazem parte das 12 comunidades pertencentes à União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC). Os dados primários também foram colhidos em oficinas comunitárias com participação de agricultores de 6 comunidades da UAVRC.

A pesquisa foi realizada através de um processo de amostragem não probabilística por conveniência, levando em conta a população existente nas comunidades em análise. Nos métodos de amostragem não probabilística, as amostras são obtidas de forma não aleatória, ou seja, a probabilidade de cada elemento da população fazer parte da amostra não é igual e, portanto, as amostras selecionadas não são igualmente prováveis (FÁVERO, 2009). O método por conveniência pode ser aplicado quando a participação é voluntária ou os elementos da amostra são escolhidos por uma questão de conveniência ou simplicidade.

3.2 Seleção de indicadores e tratamento dos dados

Dada a complexidade dos estudos a respeito de capital social e os vários tipos de indicadores existentes, optou-se por abordar esta questão a partir de quatro dimensões propostas por Grootaert *et al.* (2003) e uma quinta dimensão elaborada no presente trabalho

como uma forma de complementar e enriquecer a análise. Através dessas dimensões pôde-se criar um conjunto de questões essenciais para medir os níveis de capital social. As dimensões citadas abaixo foram adaptadas para o contexto do estudo no qual abrange o capital social no âmbito da agricultura:

- **Grupos e Redes:** esta é a categoria mais comumente associada ao capital social. Considera-se a natureza e a extensão da participação de um membro de um domicílio em vários tipos de organização social e redes informais, assim como as várias contribuições dadas e recebidas nestas relações.

- **Confiança e Solidariedade:** esta categoria busca levantar dados sobre a confiança em relação a vizinhos, dirigentes das formas de organizações e governantes locais e regionais.

- **Ação Coletiva e Cooperação:** esta categoria investiga se e como os membros do domicílio têm trabalhado com outras pessoas em sua comunidade e em projetos comuns.

- **Coesão e Inclusão Social:** as “comunidades” não são entidades coesas, mas antes se caracterizam por várias formas de divisão e diferenças que podem levar ao conflito. Questões nesta categoria buscam identificar a natureza e o tamanho dessas diferenças, os mecanismos por meio dos quais elas são gerenciadas, e quais os grupos que são excluídos dos serviços públicos essenciais. Questões relativas às formas cotidianas de interação social também são consideradas.

- **Políticas Públicas e Assistência Técnica:** essa categoria foi incluída por retratar questões relacionadas às políticas públicas as quais os membros da comunidade têm acesso, a presença ou não de assistência técnica e se existe adequada infraestrutura. O Quadro 1 apresenta a definição das variáveis utilizadas para a construção do Índice de Capital Social (ICS). Os dados utilizados são de natureza primária.

Quadro 1 - Dimensões e Indicadores do ICS

DIMENSÕES	INDICADORES/VARIÁVEIS
Grupos e Redes	Participação em alguma forma de organização
	Forma de organização na qual participa
	Tipo de organização na qual participa (local ou regional)
	Frequência na qual participa da forma de organização
Confiança e Solidariedade	Nível de confiança em relação aos dirigentes da forma de organização na qual participa
	Nível de confiança em relação aos governantes locais

	Nível de relacionamento com os vizinhos da comunidade onde reside
Ação Coletiva e Cooperação	Participação em alguma atividade voluntária de cunho local ou regional
	Existência de interação na comunidade a fim de solicitar ações de desenvolvimento local
Coesão e Inclusão Social	Participação nas decisões a serem tomadas para o desenvolvimento da comunidade
	Existência de problemas na comunidade quanto às diferenças raciais, sociais, culturais, políticas, religiosas
	Envolvimento da família em algum problema de cunho racial, social, cultural, político, religioso existentes na comunidade
	Existência de problemas em relação à violência na comunidade
Políticas Públicas e Assistência Técnica	Existência de políticas ou programas envolvidos na geração de desenvolvimento local na comunidade
	Participação em algumas dessas políticas ou programas
	Existência de assistência técnica para a agricultura
	Frequência da assistência técnica

Fonte: Elaboração da autora.

3.3 Métodos de análise

No presente trabalho são empregados alguns pressupostos propostos na Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários (ADSA) desenvolvida pelo projeto INCRA/FAO (1999) dentro de uma lógica que parte do meio geral para o particular, buscando além da descrição de fenômenos observados, explicações mais detalhadas sobre o objeto em estudo, na necessidade de entender as relações entre os meios social, econômico e ambiental: i) análise progressiva, que parte do geral para o específico, começando pelos fenômenos de nível geral, terminando nos níveis específicos e/ou nos fenômenos particulares; ii) a busca por explicações e não somente a descrição dos fenômenos observados e iii) estratificação da realidade, mediante o estabelecimento de conjuntos homogêneos e contrastados definidos de acordo com o desenvolvimento rural de um determinado espaço geográfico.

Em suma, tem-se como referência o Território da Cidadania Vales do Curu Aracatiaçu no Estado do Ceará, as comunidades rurais do município de Pentecoste (CE) pertencente a esse Território e as comunidades membros da UAVRC que fazem parte desse município. Como instrumento para a caracterização do Território utilizou-se a análise documental através de dados de fonte secundária referente às instituições, formas de organizações e políticas públicas ou programas e projetos voltados para a agricultura.

Calculou-se o Índice de Capital Social (ICS) por meio da técnica de análise multivariada conhecida como análise fatorial com base nas dimensões e variáveis apresentadas no quadro 1. Esse mesmo índice também foi calculado para o conjunto de

comunidades que fazem parte da UAVRC. Com a construção desse índice, acredita-se ter uma ideia a respeito do nível de capital social dos espaços estudados.

Adicionalmente, para a identificação e classificação das comunidades por nível de capital social, utilizou-se outra técnica de análise multivariada, a análise de agrupamento ou cluster. Por fim, desenvolveu-se oficinas comunitárias para analisar a percepção dos agricultores da UAVRC quanto às políticas ou programas, instituições, formas de organizações e projetos presentes nessas comunidades através de um Diagrama de Venn demonstrando a situação passada, atual e futura das comunidades (Quadro 2).

Quadro 2 – Relação entre objetivos, níveis de agregação socioambiental, métodos e instrumentos utilizados na pesquisa

OBJETIVO	NÍVEL DE AGREGAÇÃO	MÉTODO
Caracterização do Capital Social	Território	Análise documental e descritiva
ICS	Município e UAVRC	Análise Fatorial
Tipologia do capital social	Município e UAVRC	ICS e Análise de Agrupamento ou Cluster
Percepção dos Agricultores	UAVRC	Diagrama de Venn

Fonte: Elaboração da autora.

3.3.1 Análise descritiva

A técnica da análise descritiva foi empregada com o objetivo de caracterizar o capital social de acordo com as políticas ou programas, projetos, formas de organizações e instituições de acesso aos agricultores das comunidades em estudo. Foram utilizadas tabelas de distribuição de frequências (absoluta e relativa) e as medidas de tendência central. A pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou o estabelecimento de relação entre elas.

3.3.2 Análise fatorial

Como recurso analítico que construa um índice sintético de capital social para o conjunto de comunidades do município de Pentecoste, utilizou-se a técnica de análise multivariada conhecida como análise fatorial, a qual fornece elementos para analisar a estrutura de inter-relações entre um grande número de variáveis, procurando descrevê-las

através de um número menor de índices ou fatores (HAIR *et al.*, 2009). Na nova composição, as variáveis mais correlacionadas combinam-se dentro de um mesmo fator (que explica uma parcela das variações das variáveis originais). Como na estimação dos fatores é imposta a condição de ortogonalidade, os fatores resultantes são independentes.

Conforme Fávero *et al.* (2009), o método de análise fatorial consiste na tentativa de se determinar as relações quantitativas entre as variáveis, aferindo seus padrões de movimento, de modo a associar àquelas um padrão semelhante, o efeito de um fator causal subjacente e específico a estas variáveis.

Essa análise se baseia na suposta existência de um número de fatores causais gerais, cuja presença dá origem as relações entre as variáveis observadas, de forma que, no total, o número de fatores seja consideravelmente inferior ao número de variáveis. Isso porque muitas relações entre as variáveis são, em grande medida, devido ao mesmo fator causal geral.

O modelo matemático da análise fatorial pode ser representado por:

$$\begin{aligned} Z_{11} &= a_{11}F_1 + a_{12}F_2 + \dots + a_{1m}F_m + d_1u_1 \\ Z_{21} &= a_{21}F_1 + a_{22}F_2 + \dots + a_{2m}F_m + d_2u_2 \\ &\vdots \\ &\vdots \\ &\vdots \\ Z_n &= a_{n1}F_1 + a_{n2}F_2 + \dots + a_{nm}F_m + d_nu_n \end{aligned}$$

De forma simplificada, tem-se:

$$Z_j = \sum a_{ji}F_i + d_ju_j \quad (j = 1, 2, \dots, n); \quad (i = 1, 2, \dots, m) \quad (1)$$

Tal que:

Z_j = j-ésima variável padronizada;

a_{ji} = é o coeficiente de saturação referente ao i-ésimo fator comum da j-ésima variável;

F_i = é o i-ésimo fator comum;

d_j = é o coeficiente de saturação referente ao j-ésimo fator específico da j-ésima variável;

u_j = é o j-ésimo fator específico da j-ésima variável.

De acordo com a análise fatorial, cada fator é constituído por uma combinação linear das variáveis originais inseridas no estudo. A associação entre fatores e variáveis se dá por meio das cargas fatoriais, os quais podem ser positivos ou negativos, mas nunca superiores a um. Esses coeficientes de saturação têm função similar aos coeficientes de regressão na análise de regressão (SIMPLICIO, 1985).

O coeficiente de saturação entre uma variável e um fator elevado ao quadrado identifica a proporção da variância da variável explicada pelo fator. E o somatório do quadrado dos coeficientes de saturação, para cada variável, é chamado “comunalidade”, a qual informa a proporção da variância total de cada variável, que é explicada pelo conjunto de fatores considerados na análise, ao passo que a soma do quadrado dos coeficientes de saturação para cada fator denomina-se eigenvalue. Ao dividir o eigenvalue pelo número de variáveis incluídas no estudo, obtém-se a proporção explicada pelo referido fator ao problema estudado.

Para aplicação dessa análise, foram selecionadas variáveis já apresentadas a respeito do capital social, através da resposta de 163 famílias entrevistadas em 42 comunidades. Neste sentido, na análise fatorial a seleção das variáveis adequadas ao fenômeno que se deseja estudar é de extrema importância, pois uma vez a variável incluída na pesquisa tem implicações definitivas nos resultados.

O primeiro procedimento necessário será a verificação dos pressupostos que consistirá em analisar a normalidade da distribuição dos dados de cada variável (utilizando o Teorema do Limite Central, caso haja um grande número de variáveis aleatórias independentes e identicamente distribuídas, então a distribuição tenderá para uma distribuição normal, à medida que o número dessas variáveis aumentar indefinidamente, no caso específico, $n=56$), além da estimação da matriz de correlação para checar a existência de relação entre as variáveis realizada por meio de testes de hipóteses específicos (GUJARATI, 2000).

A análise da matriz de correlação apresenta os coeficientes de correlação de Pearson para cada par de variáveis adotadas na pesquisa. A relação entre as variáveis será confirmada a partir do nível de significância dos coeficientes estimados ($p\text{-value} < 0,05$). De

acordo com Hair Jr. *et al.* (2005), a análise será iniciada com exame da matriz de correlações para verificação da existência de valores significativos que justifiquem a utilização da técnica. Ainda segundo os autores, se a visualização da matriz de correlações não mostrar um número substancial de valores maiores que 0,30, haverá fortes indícios que a análise fatorial não será adequada.

Conforme Fávero *et al.* (2009) para verificar a adequabilidade dos dados para a análise fatorial, são utilizados o índice Kaiser – Mayer – Olkin (KMO), o teste de esfericidade de Bartlett (BTS) e a Matriz Anti – imagem. O índice Kaiser – Mayer – Olkin (KMO), varia de 0 a 1 e serve para comparar as magnitudes dos coeficientes de correlações observados com as magnitudes dos coeficientes de correlações parciais. Portanto, o KMO trata-se de uma medida de homogeneidade das variáveis, que compara as correlações parciais observadas entre as variáveis, conforme a fórmula a seguir:

$$KMO = \frac{\sum_i \sum_j r_{ij}^2}{\sum_i \sum_j r_{ij}^2 + \sum_i \sum_j a_{ij}^2} \quad (2)$$

Sendo que,

r_{ij} : coeficiente de correlação observado entre as variáveis i e j ;

a_{ij} : coeficiente de correlação observado entre as mesmas variáveis, que é, simultaneamente, uma estimativa das correlações entre os fatores. Os a_{ij} deverão estar próximos de zero, pelo fato de os fatores serem ortogonais entre si.

Em relação à estatística do KMO, quanto menor o valor do respectivo teste, menor a relação entre as variáveis e os fatores, podendo o índice variar entre 0 e 1. O índice menor que 0,5 caracteriza-se como inaceitável o uso dessa técnica, caso contrário, o índice próximo de 1, a utilização da técnica com os dados se torna bastante eficaz.

O teste Bartlett de esfericidade pode testar a hipótese nula de que a matriz de correlações é uma matriz identidade (o que inviabiliza a metodologia da análise fatorial proposta). Caso a matriz de correlações seja uma matriz identidade, significa que as inter-relações entre as variáveis são iguais a zero e, portanto, a análise fatorial não deverá ser utilizada, sendo H_0 (a matriz de correlações é uma matriz identidade) e H_a (a matriz de correlações não é uma matriz identidade). Caso H_0 for aceito, a análise fatorial deve ser

desconsiderada, caso H_0 seja rejeitado, haverá indícios de que existam correlações entre as variáveis explicativas utilizadas (FÁVERO *et al.*, 2009).

A matriz anti-imagem também mostra, a partir da matriz de correlações, a adequabilidade dos dados à análise fatorial e apresenta os valores negativos das correlações parciais. Na sua diagonal são apresentados os valores de MSA (*Measure of Sampling Adequacy*) ou a Medida de Adequação da Amostra, para cada variável, ou seja, quanto maiores esses valores, melhor será a utilização da análise fatorial e, caso contrário, talvez seja necessário excluí-la (HAIR *et al.*, 2005).

A Análise dos Componentes Principais (ACP) leva em conta a variância total dos dados e, na análise fatorial comum os fatores são estimados levando-se em conta apenas a variância comum. O ACP se aplica quando o objetivo da análise for reduzir o número de variáveis para a obtenção de um número menor de fatores necessários a explicar o máximo possível a variância representada pelas variáveis originais.

O procedimento utilizado neste trabalho levou em consideração a extração dos fatores iniciais através da Análise dos Componentes Principais que mostrou uma combinação linear das variáveis observadas, de maneira a maximizar a variância total explicada. A escolha do número de fatores se deu através do critério da raiz latente (critério de Kaiser) em que se escolheu o número de fatores a reter, em função dos valores próprios acima de 1 (*eigenvalues*) que mostram a variância explicada por cada, ou quanto cada fator conseguirá explicar da variância total (MINGOTI, 2005).

A grande dificuldade ao se optar pela análise fatorial é a interpretação dos fatores. Nem sempre se consegue identificar claramente quais variáveis estão sendo mais bem explicadas por um fator. Uma forma de minimizar essa dúvida é aplicar o método de rotação. Fávero *et al.* (2009) destaca os principais métodos de rotação ortogonal (mantendo-se a independência entre eles):

- **Varimax**: é o mais utilizado. Minimiza o número de variáveis com altas cargas em diferentes fatores permitindo a associação de uma variável a um único fator;

- **Quartimax**: minimiza o número de fatores necessários para explicar cada variável. Grande parte das variáveis fica concentrada em um só fator, o que dificulta a interpretação;

- **Equamax**: simplifica fatores e variáveis (possui características dos dois métodos anteriores).

Os principais métodos de rotação oblíqua são:

- **Direct oblimin**: produz autovalores (*eigenvalues*) elevados, mas aumenta a complexidade dos fatores;

- **Promax**: mais utilizado quando se trabalha com grandes bancos de dados.

A rotação dos fatores utilizou o método Varimax, que objetiva maximizar a variação entre os pesos de cada componente principal, mantendo-se a ortogonalidade entre eles.

3.3.3 Construção do índice de capital social (ICS)

O ICS das comunidades estudadas foi calculado a partir dos escores estimados associados aos fatores obtidos na estrutura fatorial definida. Utilizou-se, adicionalmente, a raiz latente, ou o autovalor, que corresponde à soma (em coluna) das cargas fatoriais ao quadrado para o respectivo fator (HAIR *et al.*, 2009, p. 101). A padronização dos escores fatoriais torna-se necessária de forma a enquadrá-los no intervalo de zero a um, a partir da expressão:

$$F_{gj}^* = \frac{F_{gj} - F_{gF}}{F_{gFA} - F_{gF}} \quad (3)$$

De modo que:

F_{gj}^* = escore fatorial do g-ésimo fator padronizado da j-ésima família; ($g=\{1,\dots,6\}$ e $j = \{1,\dots,163\}$)

F_{gj} = escore fatorial do g-ésimo fator para da j-ésima família;

F_{gF} = menor escore fatorial do g-ésimo fator entre as famílias;

F_{gFA} = maior escore fatorial do g-ésimo fator entre as famílias das comunidades.

Para a construção do ICS relativo a j-ésima família, definiu-se a equação:

$$ICS_j = \sum_{g=1}^6 \frac{\gamma_g}{\sum \gamma_g} F_{gj}^* \quad (4)$$

Em que γ_g corresponde ao autovalor do g-ésimo fator. Observa-se que a expressão $\gamma_g / \sum \gamma_g$ indica a participação relativa do fator g na explicação da variância total capturada pelos n fatores.

3.3.4 Análise de agrupamento ou cluster

Procedeu-se, ainda, à aplicação de outra técnica de estatística multivariada, a Análise de Agrupamento ou Cluster, a qual consiste na definição de grupos homogêneos e/ou heterogêneos, constituindo-se em um método orientador e norteador para identificação de diferenças de comportamento, tomada de decisões e definição de estratégias de atuação e planejamento.

O método adotado foi a Análise de Agrupamento Não Hierárquico (Técnica de Partição ou Agrupamento de k-médias), recurso comumente utilizado em estudos exploratórios descritivos, de modo a permitir uma classificação das comunidades rurais do município de acordo com a mensuração do capital social, tendo sido necessária a definição do número de agrupamentos. “O método de k-médias é responsável por alocar cada um dos elementos existentes em um dos k grupos pré-definidos, objetivando minimizar a soma dos quadrados residuais dentro de cada grupo com a finalidade de aumentar a homogeneidade do mesmo” (FÁVERO *et al.*, 2009).

Consiste, portanto, em dividir um conjunto de elementos (famílias) em subconjuntos, os mais semelhantes possíveis, de modo que os elementos pertencentes a um mesmo grupo sejam similares com respeito às características que forem medidas em cada elemento. Ou seja, através de tal procedimento estatístico, os elementos são classificados em grupos restritos homogêneos internamente, com variabilidade intraclasse mínima e interclasse máxima (HAIR *et al.*, 2009).

Os grupos foram divididos com base nos valores obtidos para o ICS a partir do índice fatorial, conforme definido anteriormente. Neste trabalho, as comunidades referentes ao município como um todo foram divididas em três clusters para as comunidades rurais do município de Pentecoste e dois clusters para o conjunto de comunidades da UAVRC.

3.3.5 Oficinas comunitárias e diagrama Venn

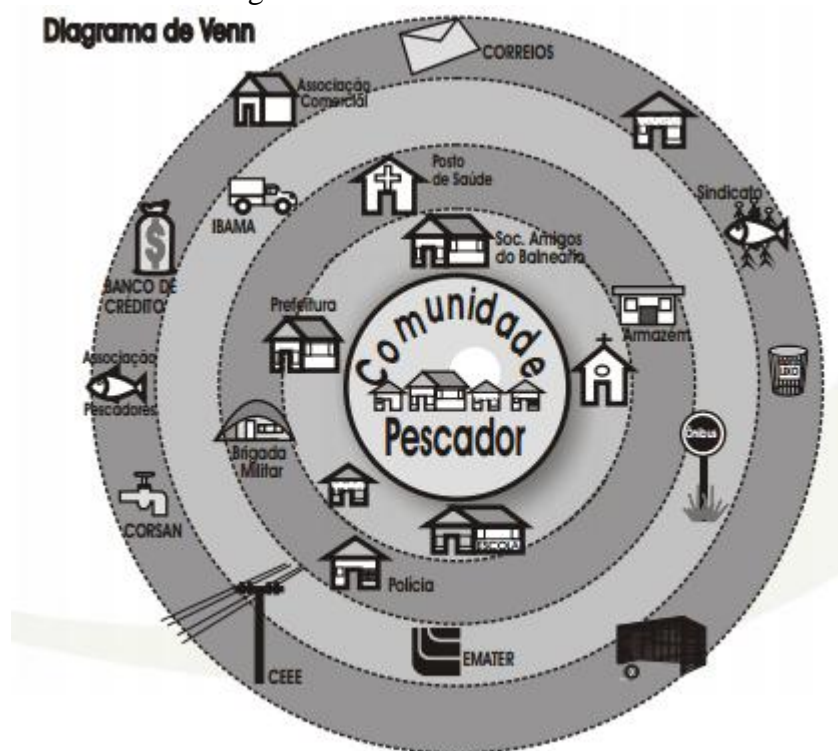
Nas oficinas comunitárias realizadas em seis comunidades da UAVRC (Providência, Aroeira, Mulungu II, Tamarina, Muquenzinho e Carrapato) utilizou-se a técnica de grupo focal que segundo Gomes & Barbosa (1999) é um grupo de discussão informal e de tamanho reduzido, com o propósito de obter informações de caráter qualitativo em profundidade. É uma técnica rápida e de baixo custo para avaliação e obtenção de dados e informações qualitativas. O objetivo principal de um grupo focal é revelar as percepções dos participantes sobre os tópicos em discussão (no caso do trabalho, as políticas ou programas e instituições presentes nas comunidades).

Assim, pôde-se construir o diagrama de Venn com o propósito de analisar a percepção desses agricultores quanto às políticas ou programas, instituições, formas de organizações e projetos de maneira que quanto mais próximo do centro mais presente na comunidade atualmente ou em seu planejamento. Conforme Verdejo (2006), esse diagrama identifica os grupos organizados da comunidade e as relações que estes têm entre si e com outras instituições locais e/ou regionais fora da mesma.

O autor coloca em evidência as relações que se estabelecem entre os membros das comunidades e as instituições para reconhecer a importância destes fatores nos processos de decisão e desenvolvimento comunitário. Ainda segundo Verdejo (2006), as instituições que têm menos relações com a comunidade são desenhadas mais longe do círculo, e as que têm mais relações são desenhadas mais perto.

Na Figura 2, tem-se o modelo de um Diagrama de Venn retirado de Verdejo (2006) e demonstra a relação da comunidade com as demais instituições e políticas ou programas de âmbito municipal e/ou regional de acordo com o grau de importância. Os mais próximos do centro são relações mais atuais ou que fazem parte do planejamento da comunidade e os mais distantes do centro são as relações mais antigas.

Figura 2 - Modelo do Diagrama de Venn



Fonte: Verdejo, 2006.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 O território da cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu

Segundo informações do MDS, o Programa Territórios da Cidadania lançado em 2008 pelo Governo Federal tem como principais objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável. Ações relacionadas ao desenvolvimento social, à organização sustentável da produção, à saúde, saneamento e acesso à água, educação, cultura, infraestrutura, e ações fundiárias estão sendo articuladas nesses Territórios com participação social e a integração entre Governo Federal, estados e municípios.

Dentre os seis Territórios da Cidadania pertencentes ao estado do Ceará, tem-se o Território Vales do Curu e Aracatiaçu que de acordo com o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável Território Vales do Curu/Aracatiaçu (PTDRS) (2010) está localizado na região Noroeste do estado do Ceará fazendo limite ao Norte com o Oceano Atlântico; ao Sul, com Paramoti e Palmacia; a Leste com Caucaia, Maracanaú e Maranguape, e a Oeste com Santana do Acaraú e Morrinhos.

Esse Território antigamente chamado de Território de Itapipoca possui uma extensão de 12.094,38 km² e uma população total de 536.385 habitantes, dos quais 47,1%, ou seja, 252.978 pessoas vivem em área rural. Nesse espaço geográfico existem 26.644 estabelecimentos rurais, correspondendo a uma área de 711.221 hectares. No tocante a política de colonização e reforma agrária, o território possui 64 assentamentos federais (3.479 famílias) e 44 estaduais (703 famílias) (BRASIL MDA/SDT, 2011).

Conforme a Figura 3, o Território (dividido em micro territórios) é composto por os seguintes municípios, Micro Território Umirim (Umirim, Uruburetama, Itapajé e Irauçuba); Micro Território Médio Curu (Pentecoste, Apuiarés, General Sampaio e Tejuçuoca); Micro Território Itapipoca (Amontada, Itapipoca, Itarema, Miraíma e Tururu); e Micro Território Paraipaba (Paraipaba, São Gonçalo do Amarante, São Luis do Curu, Paracuru e Trairi).

Figura 3 - Território da cidadania Vales do Curu e Aracatiáçu



Fonte: IPECE, 2010.

O Território dos Vales do Curu e Aracatiáçu possui características particulares a respeito da ocupação e uso do solo. Ele apresenta regiões de serra, praia e sertão, singularidades que permitiram o surgimento de importantes centros urbanos nesse território, onde ganha destaque a cidade de Itapipoca com o seu forte comércio e mais recentemente o município de São Gonçalo do Amarante com o Complexo Portuário do Pecém (RELATÓRIO ANALÍTICO MDA/SDT, 2011).

O mesmo apresenta um grande potencial agropecuário com destaques na cultura da mandioca, do coco, da banana, do caju, do mamão e hortaliças, além da criação de bovinos, ovinos e caprinos, aves, peixes e abelhas melíferas, possui também uma grande atividade extrativista na exploração da carnaúba, além de contar com a crescente área do turismo e a produção de artesanato (RELATÓRIO ANALÍTICO MDA/SDT, 2011). Segundo o Relatório Analítico MDA/SDT (2011), em relação à Política de Desenvolvimento

Territorial desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a mesma tem como prioridade o conjunto de atores sociais que se enquadram nos critérios que definem o conceito de agricultura familiar, reunindo agricultores de base familiar, pescadores, mulheres artesãs, extrativistas, indígenas, quilombolas. O Território concentra um número bastante significativo de áreas de assentamentos de reforma agrária, sendo no total 84 assentamentos. Essas áreas de assentamento são coordenadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Desenvolvimento Agrário do Ceará (IDACE) e foram financiadas com recursos do MDA e dos programas Cédula da Terra; Ação Fundiária São José e Crédito Fundiário.

A centralização das políticas implementadas nas últimas décadas, tratando sempre o Brasil como um todo homogêneo, impedia com que tais políticas atingissem os objetivos esperados no que diz respeito à busca de um desenvolvimento de forma sustentável. De acordo com o PTDRS (2010), essa prática gerou limitações à participação, à articulação e à integração das esferas regionais e locais aos processos decisórios.

Nesse contexto, o MDA visualizou como necessário redefinir o enfoque do planejamento para o âmbito territorial, e, sobretudo, para uma política que demonstrasse o Brasil como espaço urbano e rural, permitindo uma visão mais integradora de espaços urbano e rural, agentes, mercados e das políticas públicas.

O desenvolvimento da estratégia articulado no âmbito federal pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), articulada nos estados em harmonia com os demais órgãos estaduais vem se caracterizando como um modelo de gerenciamento que caminha de forma democrática pelas vivências ali instaladas que provocam as reflexões e análises dos processos construídos nas instancias colegiadas nos diferentes territórios (PTDRS, 2010).

As políticas ou programas, instituições, projetos e organizações inseridas nos Territórios fazem parte dos direitos fundamentais e ações sociais públicas. Dentro de vários propósitos, tem-se no Quadro 3 abaixo as principais instituições e formas de organizações presentes no Território em estudo voltadas para a agricultura com o intuito de cada vez mais contribuir para o desenvolvimento da mesma.

Quadro 3 – Conjunto de instituições e formas de organizações agrícolas presentes no Território

INSTITUIÇÕES/FORMAS DE ORGANIZAÇÕES	TEMAS
INCRA	Assentamentos
IDACE	Assentamentos
SENAES	Fortalecimento da Economia Solidária
CPES	Fortalecimento da Economia Solidária
RCSES	Fortalecimento da Economia Solidária
MSTR	Apoio aos Trabalhadores Rurais
Fórum dos Assentados	Apoio aos Assentados
MST	Apoio aos Sem Terra
Federações das Associações Comunitárias	Apoio as Associações Comunitárias
Fórum Cearense pela Vida no Semi – Árido	Apoio aos Agricultores Familiares
CÁRITAS	Apoio aos Agricultores Familiares
CETRA	Apoio aos Agricultores Familiares
ONGs	Apoio aos Agricultores Familiares
Instituto SESEMAR	Incentivo e Apoio a Produção e Comercialização Agroecológica
Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as e Solidários/as do Território	Incentivo e Apoio a Produção e Comercialização Agroecológica
STTR	Apoio aos Trabalhadores Rurais
FETRAECE	Apoio aos Agricultores Familiares
Fórum Microrregional de Convivência com o Semi – Árido	Apoio aos Agricultores Familiares
Cooperativa de Pequenos Produtores	Fornecimento de Crédito para Agricultores
Associações de Apicultores	Apoio aos Apicultores
Fórum Territorial de Apicultores	Apoio aos Apicultores
COPASAT	Assistência Técnica para Agricultura
ACACE	Assistência Técnica para Agricultura
FLOR DO PEQUI para crédito fundiário	Fornecimento de Crédito para Agricultores
Instituto AGROPOLOS do Ceará	Assistência Técnica para Agricultura
CMDS	Incentivo e Apoio a Promoção da Sustentabilidade
CONSEA	Segurança Alimentar e Nutricional
Rede de Mulheres Artesãs	Apoio aos Grupos de Mulheres Artesãs
MMTR	Apoio aos Grupos de Mulheres Artesãs
Rede de Agricultores Agroecológicos	Incentivo e Apoio a Produção e Comercialização Agroecológica
ADEL	Incentivo e Apoio a Promoção do Desenvolvimento Local
BNB	Fornecimento de Crédito para Agricultores Familiares Através de Programas
BB	Fornecimento de Crédito para Agricultores Familiares Através de Programas
SEBRAE	Apoio a Produção
CONAB	Acesso a Mercados
Bases de Serviços	Acesso a Mercados
ADAGRI	Certificação de Produtos da Agricultura Familiar
SFA	Certificação de Produtos da Agricultura Familiar
EMATERCE	Assistência Técnica para Agricultura
CAE	Promoção de Políticas Públicas
ASA	Financiamento do PIMC
FEBRABAN	Apoio ao Programa PIMC
SOHIDRA	Apoio ao Projeto São José

Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição	Segurança Alimentar e Nutricional
---	-----------------------------------

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do PTDRS, 2010.

A maioria dessas instituições apresentadas no quadro 3 foram desenvolvidas a fim de promover o desenvolvimento da agricultura, centrando cada vez mais no âmbito local com o objetivo de melhorar as condições de vida e trabalho dos agricultores familiares. Conforme o PTDRS (2010), a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) com o objetivo de fortalecer e desenvolver a economia solidária em todo o país, através de programas de incentivo a geração de trabalho e renda, combate à pobreza e de inclusão social implantou no Ceará o Centro Público de Economia Solidária, Agricultura Familiar e Reforma Agrária (CPES) em parceria com o poder público e a sociedade civil organizada, através da Rede Cearense de Socioeconomia Solidária (RCSES).

A forte presença do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais (MSTR), dos Fóruns dos Assentados, do Movimento dos Sem Terra (MST), das Federações de Associações Comunitárias, também com ampla base rural, do Fórum Cearense pela Vida no Semi - Árido, das entidades de apoio, como CÁRITAS, Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA) e ONGs atuantes na região seus diversos dirigentes e técnicos vinculadas ao mundo rural, provocaram grande hegemonia deste eixo frente aos demais e uma evolução na criação de políticas ou programas de apoio.

Em relação à implantação dos pressupostos agroecológicos e o desafio assumido com a geração de trabalho e renda em bases socioeconômicas solidárias, foi essencial a implantação de instituições como o Instituto SESEMAR de Agroecologia, Agricultura Familiar e Sustentabilidade criado em 2003 por um grupo de técnicos e agentes comunitários atuantes no Território que atua em 18 municípios apoiando os grupos de agricultores familiares no campo da comercialização organizada e planejada, capaz de ampliar significativamente a margem de apropriação de renda no processo produção-distribuição-consumo.

Tem-se também a Rede de Agricultores/as Agroecológicos/as e Solidários/as do Território cujo apoio de ONGs que atuam no campo da agroecologia se constituem em estratégias de comercialização solidária, que associa os aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais. Com o planejamento, a produção Agroecológica é levada às feiras,

garantindo a venda direta para consumidores sem a interferência de atravessadores, demonstrando que a interação entre esses segmentos contribui para estimular a diversificação da produção agrícola e pecuária familiar e conseqüentemente, para segurança alimentar e nutricional de agricultores e consumidores.

São várias as entidades que prestam serviços ou desenvolvem ações importantes na busca do desenvolvimento do território. Destacam-se aquelas com maior potencial de integração de ações cuja abrangência é territorial e contribuem diretamente para o meio rural: Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), Regional da Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado do Ceará (FETRAECE), Fórum Microrregional de Convivência com o Semi – Árido, Cooperativa de Pequenos Produtores, Associações de Apicultores, Fórum Territorial de Apicultores, Cooperativa de Prestação de Serviços e Assistência Técnica (COPASAT), Associação de Cooperação Agrícola do Estado do Ceará (ACACE), FLOR DO PEQUI para crédito fundiário, Instituto AGROPOLOS do Ceará, Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável (CMDs), Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Rede de Mulheres Artesãs, Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), Secretaria de Políticas para Mulheres, Rede de Agricultores Agroecológicos, Agência de Desenvolvimento local (ADEL) (PTDRS, 2010).

Conforme o PTDRS (2010), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Banco do Brasil (BB) e o SEBRAE, priorizam o suporte às atividades de ovinocaprinocultura e apicultura no Território na questão de concessões de crédito para agricultura familiar e apoio a produção. A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e Bases de Serviços servem como apoio ao acesso aos mercados; Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará (ADAGRI) e Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Ceará (SFA) na certificação dos produtos processados e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (EMATERCE) na assistência técnica às comunidades rurais e áreas de assentamento de reforma agrária.

O Comitê de Articulação Estadual (CAE) do Programa Territórios da Cidadania vem desenvolvendo esforços no sentido de melhorar a oferta de políticas públicas e de qualificar as demandas apresentadas pela sociedade de forma geral. Desta forma, a constituição dos Comitês Temáticos como instância propositiva e de qualificação da demanda

e os grupos temáticos do CAE, vêm se configurando como uma experiência que poderá produzir bons frutos para a melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados.

Algumas iniciativas estão sendo desenvolvidas no Território em estudo com o intuito de garantir às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional o acesso à alimentação adequada, água de qualidade, diminuição da pobreza, apoio a produção e comercialização, entre outros. No quadro 4, tem-se algumas políticas e programas voltados para a agricultura familiar.

Quadro 4 - Conjunto de políticas ou programas presentes no território

POLÍTICAS/PROGRAMAS/PROJETOS	TEMAS
PIMC	Construção de Cisternas de Placas
Projeto São José	Abastecimento de Água
PNSAN	Segurança Alimentar e Nutricional
PBF	Contribuição Financeira para a Redução da Pobreza
PRONAF B	Fornecimento de Crédito para Agricultores Familiares
Crediamigo	Fornecimento de Crédito para Agricultores Familiares
Agroamigo	Fornecimento de Crédito para Agricultores Familiares
Programa Nacional de Microcrédito Orientado	Fornecimento de Crédito para Agricultores Familiares
Assentamentos Rurais	Apoio as Famílias Rurais Assentadas
Seguro Safra	Seguro para perdas na Agricultura Familiar
PAA	Apoio na Comercialização
PNAE	Apoio na Comercialização e Segurança Alimentar e Nutricional
Previdência Social	Seguridade Social
PNDTR	Apoio as Mulheres Rurais
PRONAF Mulher	Fornecimento de Crédito para Mulheres que Praticam a Agricultura Familiar

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados do PTDRS, 2010.

Assim, tem-se o Programa 1 Milhão de Cisternas (PIMC) que resultou de uma parceria iniciada em 2003 entre o MDS do Governo Federal, a Articulação do Semi - Árido (ASA) e a Federação Brasileira dos Bancos (FEBRABAN), esse programa teve como meta construir no final de cinco anos um milhão de reservatórios de água no semi - árido assegurando condições básicas de saúde e higiene, de aprendizagem e cidadania para milhares de famílias. Além da instalação, o MDS financiou a formação da mão de obra para a

construção e também a qualificação das famílias beneficiadas para a manutenção das cisternas.

O Projeto São José é um programa de combate à pobreza Rural bem atuante no Território e haja na implantação de sistemas de abastecimento de água, que são fiscalizados e executados pela Superintendência de Obras Hidráulicas (SOHIDRA). Existem mais de 1400 projetos que já foram realizados pela mesma dentro do Projeto São José. Tais obras levam a pequenas comunidades uma melhoria de vida.

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) controlada pela Rede de Equipamentos Públicos de Alimentação e Nutrição contribui para a redução dos índices de insegurança alimentar dos indivíduos. Ela é composta por Restaurantes Populares e Bancos de Alimentos (em centros urbanos com mais de 100 mil habitantes), Cozinhas Comunitárias, Feiras e Mercados Populares (PTDRS, 2010). Essa política atua no estímulo e na promoção da alimentação, produzindo e ofertando refeições gratuitas ou a preços acessíveis e combatendo o desperdício, com as ações de educação alimentar e nutricional. Estimula, ainda, a comercialização da produção dos agricultores familiares e a adoção de hábitos alimentares regionais saudáveis, visando ao consumo seguro de alimentos e à melhoria das condições gerais de saúde da população.

Ainda segundo o PTDRS (2010), tem-se o Programa Bolsa Família (PBF), uma das políticas mais ativas que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome.

O PBF atende mais de doze milhões de famílias em todo país. A depender da renda familiar por pessoa (limitada a R\$ 140), do número e da idade dos filhos, o valor do benefício recebido pela família pode variar de R\$ 22 a R\$ 200. Vários estudos apontam a contribuição do Programa na redução das desigualdades sociais e da pobreza. O PBF possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares.

Em conjunto com o PBF, tem-se também o PRONAF B, que tem como objetivo a promoção do desenvolvimento rural e o fortalecimento da agricultura familiar, fornecendo crédito a agricultores familiares, e tem como órgão executor o MDA, Crediamigo e Agroamigo. O principal objetivo desses programas é a concessão de crédito orientado e

acompanhado para a população rural, seu órgão executor é o BNB; Programa Nacional de Microcrédito Orientado concede crédito orientado e acompanhado e tem como órgão executor o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Assentamentos Rurais, criados a fim de promover a inscrição de famílias assentadas no Cadastro Único e no PBF, seus órgãos executores são MDA e INCRA e Seguro Safra. Na verdade é uma ação do PRONAF inicialmente voltada para os agricultores e as agricultoras familiares localizados na região Nordeste, na área norte do Estado de Minas Gerais, e na área norte do Estado do Espírito Santo que sofrem perda de safra por motivo de seca ou excesso de chuvas (PTDRS, 2010). Esses programas complementares são importantes e precisam ser colocadas em prática, no sentido de se caminhar para a busca da autonomia dessas famílias, pois passam a ter maiores oportunidades através de políticas de acesso a conhecimento, cidadania, renda e trabalho.

Outra política presente no Território é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que em suas cinco modalidades, o MDS adquire alimentos da agricultura familiar. Conforme o PTDRS (2010), os alimentos são disponibilizados ao atendimento de pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional assistidas pela Rede de Proteção e Promoção Social. A ação beneficia grupos sociais que demonstram mais dificuldades em produzir ou obter alimentos. Uma grande parte dos alimentos disponibilizados a esses grupos é advinda da agricultura familiar por meio do PAA. Entre os grupos auxiliados, estão indígenas, quilombolas, comunidades de terreiros, atingidos por barragens, acampados e pescadores artesanais.

De acordo com o PTDRS (2010), outra política de suma importância atuante no Território é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que garante, por meio da transferência de recursos financeiros, a alimentação escolar dos alunos de toda a educação básica matriculados em escolas públicas e filantrópicas. As ações do PNAE possibilitam assegurar aspectos importantes, entre eles, destacam-se (1) a promoção do crescimento e desenvolvimento das crianças; (2) a dinamização da economia local e fortalecimento da agricultura familiar, onde 30% dos produtos da alimentação escolar são oriundos dos agricultores e agricultoras familiares e (3) o respeito aos hábitos alimentares e à cultura alimentar da localidade.

A Previdência Social, assim como a saúde e a assistência social, compõe a Seguridade Social, que é a política de proteção integrada da cidadania. É uma forma de seguro público coletivo para aqueles que contribuem com a previdência. Os benefícios oferecidos pela previdência são: aposentadoria por idade, aposentadoria por invalidez, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, auxílio – doença, auxílio – reclusão, pensão por morte, salário – maternidade, salário família e auxílio acidente (PTDRS, 2010).

Pesquisas mostram que a garantia desses direitos aos trabalhadores, principalmente aos trabalhadores rurais contribuiu na elevação do nível de renda no meio rural e conseqüentemente a melhoria no bem estar e na forma de produzir dessa população. A universalização previdenciária tem refletido sobre o bem estar da população rural, que pode ser observado na melhoria das condições de moradia das famílias; no acesso a bens de consumo e liberação da mão de obra infantil do trabalho para a frequência à escola (essa realidade também tem melhorado, graças à implementação de outros programas sociais).

Em relação aos Direitos Humanos das mulheres, tem-se promovido a inserção das mulheres urbanas e rurais no contexto do desenvolvimento territorial e sustentável, algumas ações e projetos estão sendo desenvolvidos, a exemplo do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), PRONAF Mulher e Participação das Mulheres em Programas de Formação/Capacitação e Educação não Formal.

Conforme o PTDRS (2010), ainda há uma dificuldade das famílias saírem das políticas compensatórias ou assistenciais para políticas de inclusão produtiva. Isso requer um trabalho intersetorial pelas diversas secretarias municipais no sentido de acompanhar as famílias beneficiárias de programas sociais, principalmente as atendidas pelo PBF, que atualmente se configura como o programa de transferência de renda que tem maior cobertura no atendimento às famílias pobres dos municípios.

Em meio a tantas instituições (Quadro 3), percebe-se uma falha se comparado ao número pequeno de políticas ou programas (Quadro 4). Essas instituições não estão sendo bem administradas a fim de atender ao público prioritário do Território, os mesmos não estão tendo acesso ao que realmente deveriam, demonstrando assim um baixo nível de desenvolvimento.

Através das informações obtidas, compreende-se que no Território ainda há um longo caminho a se percorrer, principalmente no âmbito das políticas para o campo que ainda não são em grande número e não abrangem grande parte da população e também a inserção e ampliação de políticas que ajudem não só a produção, mas a comercialização de produtos da agricultura familiar, assim como a necessidade de incentivo à criação de formas de organizações produtivas.

4.2 O Município de Pentecoste (CE)

Partindo-se do geral para o particular, no que se refere à área de estudo do presente trabalho, optou-se pelo município de Pentecoste que como já citado, faz parte do Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu e pertence ao Micro Território Médio Curu localizado na região Norte do Estado do Ceará a 89 km de distância da capital Fortaleza.

Esse município possui uma área de 1.378,30 km² e a maior parte do seu relevo encontra-se na depressão sertaneja, sendo circundado ao norte pelos municípios São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu e Umirim; ao sul por Apuiarés, Paramoti, Caridade e Maranguape; ao leste por São Gonçalo do Amarante, Caucaia e Maranguape e, por fim, ao oeste por Umirim, Itapajé, Tejuçuoca e Apuiarés (IPECE, 2013).

De acordo com dados do IBGE (2010), Pentecoste possui uma população de 35.400 habitantes sendo 21.394 pertencentes à área urbana e 14.006 a área rural. Desses, 2.339 agricultores familiares fazem parte do público prioritário das políticas territoriais do Território citado, 324 famílias são assentadas e existem 367 pescadores.

Conforme Oliveira (2009), essa configuração demográfica, em que boa parte da população ainda encontra-se na zona rural, justifica-se pelo estímulo às atividades agrícolas na região. Suportada através das águas do reservatório Pentecoste, essa atividade, em sua maioria lavouras tradicionais de subsistência, se desenvolveu ao longo dos canais do projeto de irrigação do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e das margens do açude.

Segundo dados do IPECE (2013), os moradores de Pentecoste dispõem de 45 escolas públicas e duas particulares, o que repercute em uma boa taxa de escolarização, atingindo 86,46% para o ensino fundamental e 63,86% para o ensino médio. Em relação à

saúde, o município possui 24 unidades de saúde, todas públicas, onde 277 profissionais da área atuam, a taxa de mortalidade infantil encontra-se em 15,07%. Esse desenvolvimento é demonstrado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) do município que em 2000 era de 0,457 e em 2010 já se encontrava em 0,629. Com esse resultado, Pentecoste está em 82º lugar no ranking estadual (IBGE, 2010; IPECE, 2013).

Com relação ao Produto Interno Bruto (PIB) em 2010, o município registrou PIB a preços de mercado (R\$ mil) 183.022; PIB per capita (R\$ 1,00) 5.168, e dividindo por setor a agropecuária com participação de 9,47%, a indústria com 21,33% e o serviços com 69,19% (IBGE, 2010; IPECE, 2013).

4.2.1 Índice de capital social (ICS) no município de Pentecoste (CE)

Com a aplicação da análise fatorial, obteve-se uma matriz de correlação com predominância de coeficientes superiores a 0,30, indicando boa correlação entre as variáveis selecionadas no estudo, o que significa a possibilidade de aplicação da análise fatorial. Ainda como critério para aferir as intercorrelações na matriz de dados, a análise das Medidas de Adequação da Amostra revelam coeficientes superiores a 0,5. Os testes de adequabilidade da amostra revelam que os fatores encontrados se constituem em boas medidas de variabilidade dos dados originais. Com o KMO atingindo 0,680 pode-se afirmar que existe uma correlação média entre as variáveis e com o teste de esfericidade de Bartlett com nível de significância (*p-value* = 0,000) pode-se rejeitar a hipótese nula, ao nível de 1%, de que a matriz de correlação é uma identidade, evidenciando, portanto, que há correlações entre as variáveis, tornando possível a aplicação da análise fatorial (Tabela 1).

Tabela 1 - Teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e Bartlett

Medida KMO de adequação de amostragem.		0,680
Teste de esfericidade de Bartlett	Aprox. Qui – quadrado	1745,347
	Df	105
	Sig.	,000

Fonte: Elaboração da autora.

Para a definição do número de fatores a reter, utilizou-se o critério de Kaiser ou raiz latente, que considera apenas os fatores com *eigenvalue* (autovalor) superiores a um, o

que significa dizer que “no mínimo, um componente deve explicar a variância de uma variável utilizada no modelo (FÁVERO *et al.*, 2009, p. 243)”.

Após a rotação dos fatores pelo método *varimax*, o conjunto de 15 variáveis é representado por seis fatores, ou seja, com base na regra de retenção de fatores com valores maiores do que 1, foram retidos seis fatores que conseguem explicar 79,92% da variância dos dados originais, constituindo-se, portanto, em um bom nível de explicação, como explicitado na Tabela 2 (ver apêndice). A matriz de componentes também representada na tabela 2 apresenta cargas que correlacionam as variáveis com os fatores antes da rotação, permitindo verificar qual fator melhor explica cada uma das variáveis originais (FÁVERO *et al.*, 2009).

Assim, pode-se afirmar que para as variáveis “Participa de alguma forma de organização?”, “A forma de organização na qual participa é local ou regional?”, “Participa com frequência da forma de organização na qual faz parte?”, “Qual o nível de confiança em relação aos dirigentes da forma de organização na qual participa?” e “Possui assistência técnica para a agricultura?” há predomínio do Fator 1, para as variáveis “Existe interação na comunidade afim de solicitar ações de desenvolvimento local?” e “Participa das decisões a serem tomadas para o desenvolvimento da comunidade?” há predomínio do Fator 2, em relação ao Fator 3 estão presentes as variáveis “Há problemas quanto as diferenças raciais, sociais, culturais, políticas, religiosas... na comunidade onde reside?” e “Alguns desses problemas já envolveram sua família?”, para as variáveis “Se sente seguro quanto a violência na comunidade onde reside?”, “Verifica-se a presença de programas ou projetos envolvidos na geração de desenvolvimento local na comunidade onde reside?” e “O senhor ou sua família participa de alguns desses programas?”, há predomínio do Fator 4, no Fator 5, estão presentes as variáveis “Qual o nível de confiança em relação aos governantes locais?” e “Participa de alguma atividade voluntária de cunho local ou regional?”, por fim, a variável “Qual o nível de relacionamento com os vizinhos da comunidade onde reside?” há predomínio no Fator 6.

Com a formação dos fatores, pôde-se construir e calcular o ICS de cada comunidade rural do município e através do método de agrupamento ou cluster foi possível classificá-la em três clusters, conforme especificado no quadro 5. O cluster com nível mais elevado de capital social (cluster 3) é composto por quatro comunidades do município de Pentecoste (Migua Terra, Malhada, Fazenda Lagoa Velha e Jardim), revelando um alto nível

baseado nas respostas das famílias entrevistadas de acordo com as dimensões e variáveis apresentadas. O cluster por completo representa apenas 9,5% das comunidades rurais estudadas, explicitando a disparidade no nível de capital social quando se considera apenas 4 comunidades com o um ICS acima de 0,696 (Tabela 4).

O cluster com nível intermediário (cluster 1) é formado por 24 comunidades (57%), demonstrando a realidade do município que apresentou um nível médio no geral (esse nível médio no geral foi determinado através da média de todos os índices calculados para as comunidades). Por fim, o cluster 2, composto por 14 comunidades (33%) é o que revela o nível mais baixo de capital social, ou seja, as comunidades pertencentes a esse grupo estão mais deficitárias no âmbito do capital social, necessitando de melhorias em todas as dimensões. A comunidade com o nível mais baixo é Coelho (Tabela 3).

Quadro 5 - Comunidade por Cluster

COMUNIDADE	CLUSTER
Irapuá	1
Parnaíba e Várzea Comprida	2
Carrapato	1
Muquem	1
Aroeira	1
Tourão	1
Núcleo E	1
Núcleo D	2
Muquenzinho	1
Mulungu II	1
Providência	1
Núcleo C	2
Núcleo F	2
Núcleo G	2
Núcleo B	2
Núcleo A	2
Tamarina	1
Barrinha	1
Mocó	2
Alto Branco	1
Santa Luzia	1
Cipó	1
Jucás	2
Jardim	3
Coelho	2
Pedra Branca	1
Jiqui	1
Miranda de Baixo	1
Várzea do Gado	1

Capivara	1
Erva Moura	1
Xixá	2
Umari	2
Migua Ilha	1
Migua Terra	3
Malhada	3
Mulungú	2
Sebastião de Abreu	1
Melancia	2
Vazante Grande	1
Fazenda Lagoa Velha	3
São Lourenço	1

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Tabela 3 - Ranking das comunidades do município pelos dez maiores e dez menores ICS

COMUNIDADE	ICS	RANKING	COMUNIDADE	ICS	RANKING
Migua Terra	0,73286	1	Núcleo B	0,49111	33
Malhada	0,69554	2	Núcleo D	0,48890	34
Fazenda Lagoa Velha	0,68822	3	Parnaíba e Várzea Comprida	0,48765	35
Jardim	0,66769	4	Jucás	0,46845	36
Jiqui	0,62421	5	Núcleo A	0,46577	37
Muquem	0,62295	6	Melancia	0,45794	38
Santa Luzia	0,62013	7	Xixá	0,44444	39
Capivara	0,61368	8	Mulungú	0,42595	40
Várzea do Gado	0,61368	9	Umari	0,40701	41
Vazante Grande	0,61048	10	Coelho	0,39328	42

Fonte: Resultado da Pesquisa.

Observa-se uma forte assimetria nos níveis de capital social das comunidades rurais desse município obtendo três intervalos apresentados, sendo 0,732 o nível mais alto de capital social obtido e 0,393 o mais baixo. Como observou-se, aproximadamente 57% das famílias rurais tem um nível médio de capital social, variando entre 0,566 e 0,579. A média dos índices por comunidade é 0,567 confirmando essa afirmação (Tabela 4).

Tabela 4 - ICS do município de Pentecoste (CE)

IDS	Intervalo	Nº Comunidades	% das Comunidades Estudadas
Alto	0,696 -- 0,732	4	9,5%
Médio	0,566 -- 0,579	24	57,2%
Baixo	0,393 -- 0,467	14	33,3%

Fonte: Resultados da Pesquisa.

De acordo com as variáveis estudadas para medir o nível de capital social, é perceptível que o município ainda tem muito que melhorar nesse âmbito, ou seja, apesar dos

bons níveis em relação à segurança, problemas de diferenças e relacionamento com os vizinhos da comunidade onde residem e o bons níveis de confiança em relação aos dirigentes da forma de organização na qual participa e os governantes locais apresentados no quadro 6, obtidos através da pesquisa de campo é necessário evoluir principalmente na criação de formas de organizações, acesso as políticas públicas focadas no desenvolvimento e assistência técnica agrícola, como apontam nas próximas seções.

Quadro 6 – Percentual quanto à segurança na comunidade, problemas na comunidade, relacionamento com os vizinhos e confiança das famílias em relação a dirigentes da organização e governantes locais (Município)

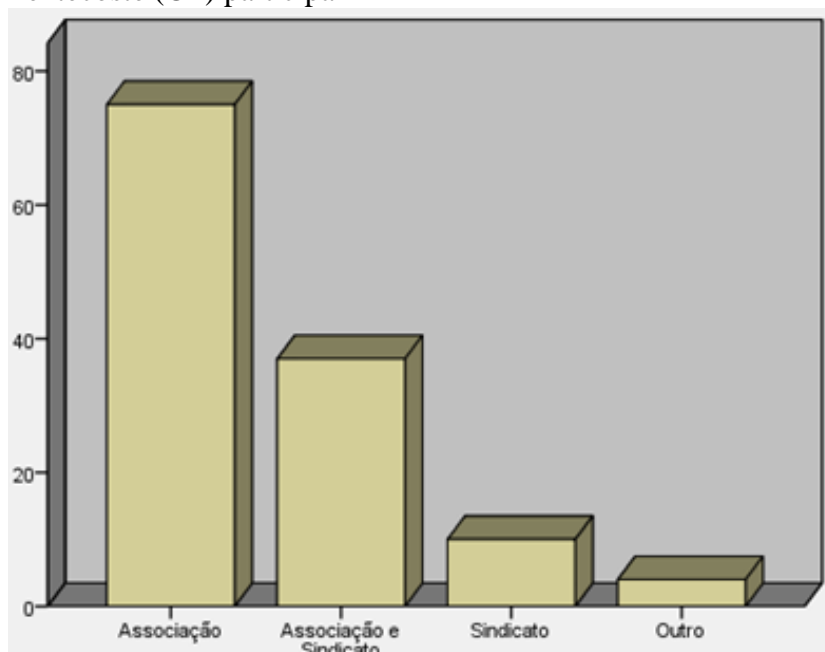
% Famílias que se Sentem Seguras na Comunidade	% Famílias que não Verificam Problemas Quanto a Diferenças nas Comunidades	% Famílias que se Relacionam bem com os Vizinhos	% Famílias que Confiam nos Dirigentes da Forma de Organização que participa	% Famílias que Confiam nos Governantes Locais
65	98	89	62	68

Fonte: Resultados da Pesquisa.

A pesquisa de campo realizada demonstra que aproximadamente 78% das famílias entrevistadas participam de algum tipo de organização, porém, essa resposta não é tão satisfatória quando se observa o gráfico 1 que demonstra que cerca de 60% das que responderam “sim” participam apenas da Associação Comunitária, 30% participam do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação ao mesmo tempo e 8% fazem parte apenas do Sindicato.

É de suma importância a integração das famílias rurais na Associação da comunidade na qual fazem parte. Ainda, 60% das famílias costumam participar ativamente das reuniões da associação e sindicato em busca de melhorias, porém não se pode negar que há uma grande deficiência em relação a formas de organizações como grupos e cooperativas, tornando visível a falta de organização produtiva do meio rural do município.

Gráfico 1 - Formas de organizações que as famílias de agricultores familiares do município de Pentecoste (CE) participam



Fonte: Resultados da Pesquisa.

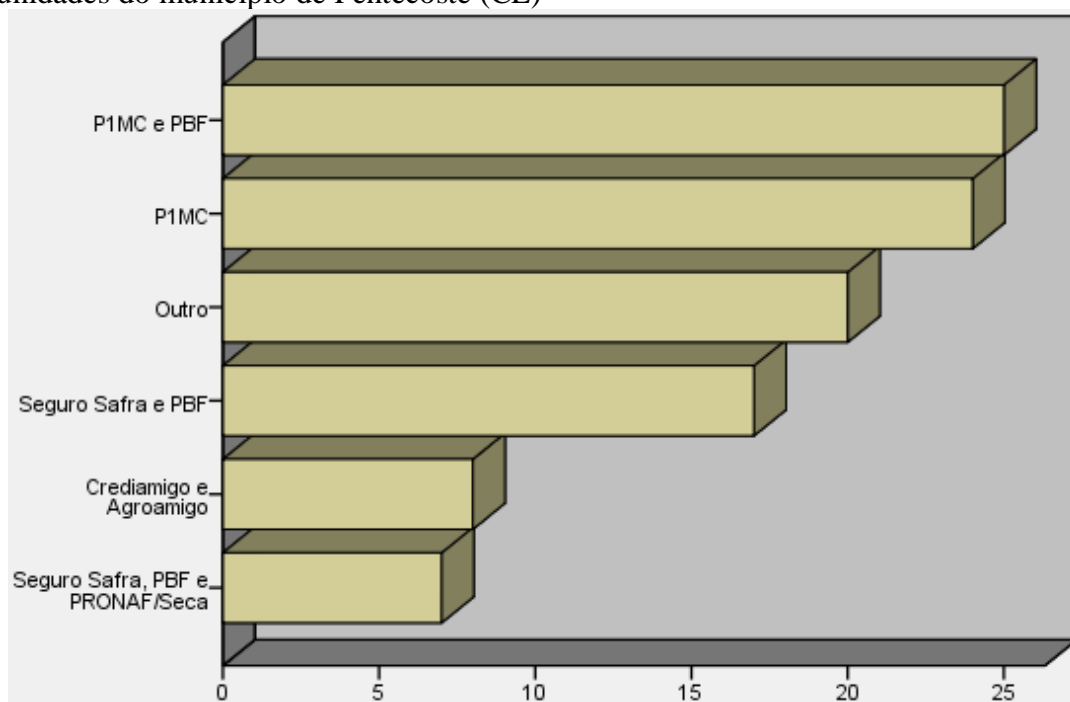
Apesar da significativa participação das famílias na Associação Comunitária e da expressiva frequência das mesmas nas reuniões a fim de solicitar melhorias para a comunidade, 51% dos entrevistados responderam que não existe interação entre os moradores a fim de solicitar ações de desenvolvimento local para o meio em que vivem talvez seja esse um dos fatores para a falta de organização e melhorias nas comunidades.

No caso das políticas ou programas existentes no município focados na geração de desenvolvimento local, 62% das famílias dos agricultores entrevistados afirmaram existir algum tipo de política ou programa na comunidade onde residem e os mesmos participam de um ou vários deles. É necessário ressaltar que essas famílias só têm conhecimento das políticas ou programas na qual fazem parte, por isso 38% responderam não existir, pois os mesmos não participam de nada e não tem conhecimento ou não se interessam pelas políticas ou programas em ação.

Conforme o Gráfico 2, as políticas ou programas mais presentes nas comunidades são o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), Programa Bolsa Família (PBF), Seguro Safra, Crediamigo, Agroamigo e PRONAF/Seca. Aproximadamente 25% dizem ter acesso ao P1MC e o PBF e 24% acessam somente o P1MC, sendo essas políticas as mais presentes nas

comunidades estudadas. O P1MC organizado pela ASA Brasil surgiu como uma proposta de convivência com a seca. O mesmo propunha a construção de cisternas de placa para o armazenamento de água da chuva para consumo humano, como demonstração de que tecnologias simples e baratas podiam ser elementos centrais de uma política de convivência com a seca. O programa iniciou no ano de 2000 buscando a construção de um milhão de cisternas para coleta de água da chuva para consumo humano nos estados do Semi Árido brasileiro: Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí, Ceará e Minas Gerais. Os recursos advindos para a sua execução são do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, além do apoio de instituições de caráter público ou privado, como a FEBRABAN. Além da construção de cisternas o P1MC propõe elementos como a capacitação das famílias envolvidas e até outubro de 2009 construiu 281.574 cisternas, em mais de mil municípios e capacitou 271.874 famílias (ASSIS, 2010).

Gráfico 2 - Políticas ou programas envolvidos na geração de desenvolvimento local nas comunidades do município de Pentecoste (CE)



Fonte: Resultados da Pesquisa.

Em relação ao PBF, este se constitui na maior política de assistência do Brasil e foi criado em 2004, com a finalidade de unificar a gestão e a execução das ações de

transferência de renda de outros programas preexistentes: Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás. Conforme Tavares (2010), atualmente, o PBF destina cerca de R\$ 12 bilhões ao atendimento de mais de 11 milhões de famílias. O Governo Federal visa assistir famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, compostas por crianças com idade entre zero e quinze anos e/ou gestantes. Considera-se pobre ou extremamente pobre a unidade familiar cuja renda per capita mensal seja igual ou inferior a R\$ 120,00 e R\$ 60,00, respectivamente. O benefício varia de acordo com a renda e a composição familiar. Famílias extremamente pobres recebem um valor fixo de R\$ 58,00 mensais. Além disso, é concedido a todas as famílias beneficiárias um aditamento variável de R\$ 18,00 por criança inscrita no programa, para no máximo três crianças por família. Mais do que uma política de assistência social, o PBF vincula a garantia de uma renda mínima ao cumprimento de condicionalidades (TAVARES, 2010).

Essas duas políticas são as mais conhecidas entre as famílias das comunidades entrevistadas, pois em meio à realidade de seca vivida na região semiárida do Nordeste a construção de cisternas de placas é fundamental para a sobrevivência. O PBF também tem sido fundamental para a complementação da renda desses agricultores, uma vez que no ano agrícola 2014, período da aplicação da pesquisa de campo, a maioria não conseguiu manter suas plantações nem mesmo para o consumo da família, precisando assim de uma complementaridade da renda além de alguns auxílios necessários para cobrir custos das plantações perdidas. Já o Seguro Safra juntamente com o PBF teve aproximadamente 17% das respostas das famílias dos agricultores entrevistados. Como dito anteriormente, além do PBF para auxiliar na complementariedade da renda no período de escassez de água para a plantação e da falta de emprego, o Seguro Safra é de suma importância, pois ajuda a repor o capital perdido nas plantações não colhidas e criações mortas por falta de água e insumos.

Esse é um programa de seguro governamental criado em abril de 2002 e instituído como um benefício para garantir uma renda mínima aos agricultores familiares da região Nordeste em razão da seca e tem como gestor o MDA. Esse benefício é voltado para os agricultores familiares que perderam cerca de 60% da produção de algodão, milho, feijão e arroz (é devido a essa restrição que muitos dos entrevistados não puderam ter acesso ao seguro, pois obtiveram perdas durante o ano, mas de outros tipos de cultura) devido à ocorrência de estiagem comprovada. Os beneficiados devem possuir uma renda inferior a um

salário mínimo e meio, área plantada de até dez hectares e não podem explorar área maior do que quatro módulos fiscais, independentemente do tipo de posse de terra. O agricultor com produção irrigada não pode receber o benefício e deve possuir o Número de Identificação Social (NIS), documento emitido pela Caixa Econômica Federal (CEF) a partir do Cadastro Único do Governo Federal. O valor do benefício é de R\$ 600,00 por família, realizado em até seis parcelas mensais (OZAKI, 2005).

Ainda sobre o gráfico 2, percebe-se que 8% das famílias estudadas já foram beneficiadas pelo Crediamigo e/ou Agroamigo, sendo esses uma forma de microcrédito que também atende agricultores familiares. Segundo as respostas dos indivíduos estudados, o acesso ao crédito é de suma importância para a construção e/ou reforma de benfeitorias nas unidades produtivas, compra de animais, sementes, insumos e materiais para ajudar na produção. Assim, pode-se dizer que esse número é baixo e precisa melhorar, dado a significância da ajuda. Conforme Neri & Medrado (2006), o Crediamigo é um Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), e tem por objetivo oferecer crédito de maneira rápida e com pouca burocracia para microempreendedores das áreas atendidas pelo BNB. Ele começou a operar em abril de 1998 e atualmente é o maior programa de microcrédito de um banco público no Brasil.

O Programa permite o acesso da população de baixa renda ao crédito e os primeiros empréstimos variam de R\$ 100,00 a R\$ 4.000,00, conforme as necessidades do microempreendedor e o porte do negócio, e podem ser renovados e evoluir até R\$ 15.000,00, dependendo de sua capacidade de pagamento e estrutura. Os juros cobrados não possuem finalidade lucrativa, somente estão para cobrir os riscos e custos associados aos empréstimos e para permitir uma contínua expansão do Programa. A garantia dos empréstimos é dada pelos membros do grupo que tomou o crédito em conjunto, todos assumindo o compromisso de pagar os empréstimos tomados por cada um, o que diminui o risco das operações. O necessário para adquirir um empréstimo do Programa é ser maior de idade; ter ou iniciar uma atividade comercial; formar um grupo de 3 a 10 pessoas solidárias, que morem ou trabalhem próximos e confiem uns nos outros, mas que não sejam parentes diretos e nem sejam dependentes financeiramente de outro integrante, para permitir o aval solidário; e documento

de Identidade, Cadastro de Pessoa Física e comprovante de residência atual (NERI & MEDRADO, 2006).

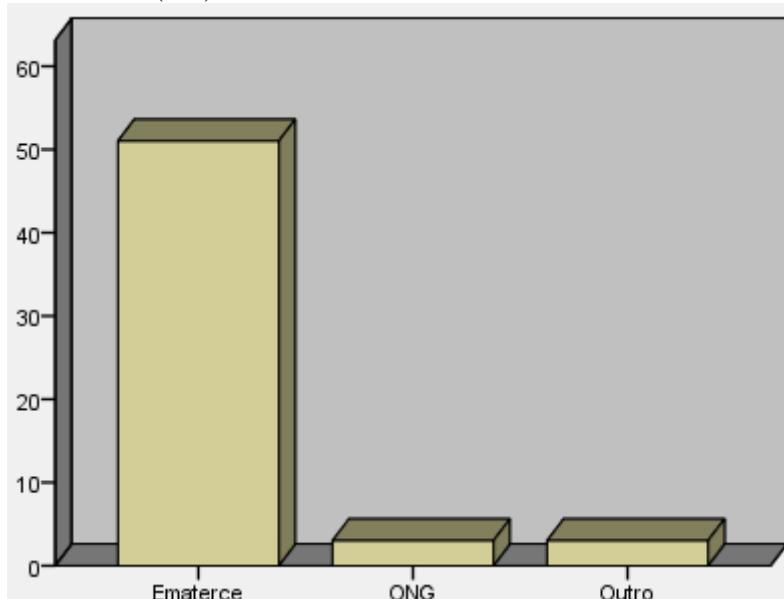
Após o sucesso do Crediamigo, o BNB resolveu implantar o Agroamigo voltado exclusivamente para a concessão de crédito a agricultores familiares. O crédito surgiu em 2005, e sua fonte de recursos provém do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Segundo Maciel & Khan (2009), o Programa está presente em aproximadamente 170 agências do BNB e atende a 517 municípios do Nordeste, norte de Minas Gerais e do Espírito Santo. O Programa tem o objetivo geral de aumentar o atendimento aos agricultores familiares de pequeno porte, inicialmente beneficiários do PRONAF B, mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. No Agroamigo há uma figura essencial, que é o assessor de crédito, um profissional de nível médio, com qualificação na área de extensão rural que facilita o processo, devendo, preferencialmente, pertencer à comunidade local, com vivência na zona rural, visando garantir facilidade de diálogo e compreensão dos processos produtivos, permitindo maior fluidez nos trabalhos de campo. Apenas 8% das famílias rurais das comunidades estudadas em Pentecoste tem acesso a esses Programas de crédito porque grande parte não são organizadas em formas de organizações como grupos e cooperativas e é mais fácil e viável a obtenção dos empréstimos quando um grupo de pessoas se reúne a fim de investir em alguma atividade que venha a beneficiar a todos na comunidade.

Em relação aos programas de crédito verifica-se o PRONAF/Seca que juntamente com o Seguro Safra e PBF tem 7% dos acessos. O PRONAF/Seca é uma das categorias do PRONAF e foi criada em 2013 como uma forma emergencial através do BNB. O programa atendeu 2.676 famílias prejudicadas pela seca no Ceará. Os recursos foram destinados para construção de cacimbões, açudes, barragens subterrâneas, perfuração de poços, preparo de áreas no plantio de palma forrageira, capineiras, aquisição de equipamentos de irrigação para bombeamento de água até as residências de agricultores familiares, construção e recuperação de cercas, e também para compra de ração animal para os bovinos, caprinos, ovinos, suínos e aves. Os juros ficam no limite de 1% ao ano, e desconto de 40% em cima do valor principal e dos juros, se forem pagos em dia. Com isso, pôde-se assegurar que o agricultor não deixasse sua propriedade (JORNAL DIÁRIO DO NORDESTE, 2013).

A presença do BNB com as políticas de crédito aos agricultores familiares foi de grande importância nos últimos anos em que se fez presente uma grande seca causando destruição no campo. Por fim, a respeito das políticas ou programas presentes nas comunidades do município em estudo, na categoria “outros” ficaram as marcadas por menos de 5% das famílias de agricultores familiares entrevistados. Dentre elas estão: as políticas de comercialização PAA e PNAE; Programa Sementes e Mudas; P.H Plantar e Previdência Social.

Vale ressaltar que apesar do questionamento ter sido a respeito de políticas ou programas envolvidos na geração de desenvolvimento local na comunidade onde a família reside, a maioria dos membros das comunidades só tem acesso a políticas assistenciais, até mesmo as que ficaram abaixo de 5%, somente PAA e PNAE fazem parte da categoria perguntada. Apesar da categoria de políticas assistenciais serem de suma importância para esses agricultores ajudando-os a se reerguer em momentos de crise, elas não são geradoras de desenvolvimento. Porém, na realidade estudada os indivíduos vivem em condições bem precárias, principalmente por causa do problema da seca, dificultando assim a inserção das políticas de desenvolvimento, o correto seria unir ambas a fim de gerar produção e comercialização. Em continuidade, são apresentadas as respostas sobre a Assistência Técnica para os indivíduos entrevistados, onde 65% afirmam obter algum tipo de assistência para a agricultura. De acordo com o Gráfico 3, 89% dos que responderam sim, afirmam receber assistência técnica da EMATERCE do município e 6% de ONGs locais. A EMATERCE é uma empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Ceará, fundada em 1954 sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA).

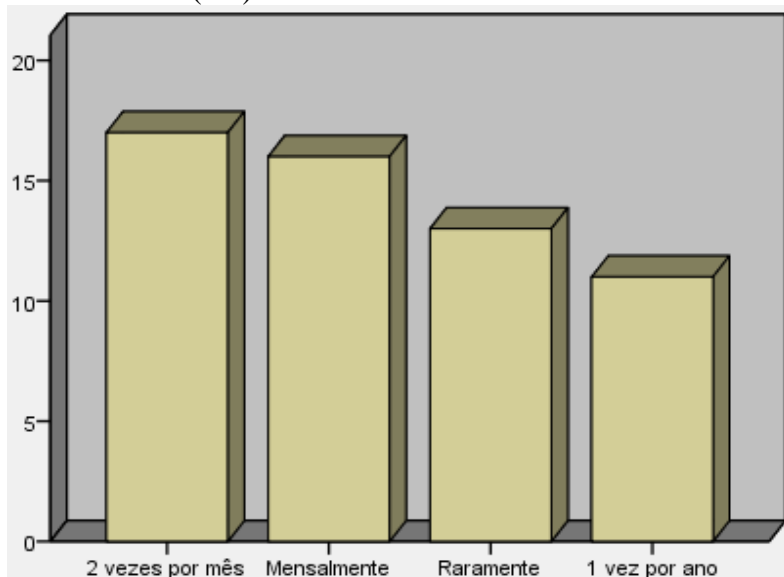
Gráfico 3 - Órgãos que fornecem assistência técnica para agricultura familiar no município de Pentecoste (CE)



Fonte: Resultado da Pesquisa.

Sobre o Gráfico 4, dos que responderam “sim”, 30% afirmaram que recebem essa assistência duas vezes por mês e 28% uma vez por mês, indicando que a assistência técnica não é um problema nas comunidades do município como um todo. Apesar de 35% ainda não terem acesso, a maioria que usufrui tem com frequência.

Gráfico 4 - Frequência de assistência técnica prestada aos agricultores familiares ao município de Pentecoste (CE)



Fonte: Resultado da Pesquisa.

Assim, conforme as respostas obtidas, pôde-se considerar que o índice médio de capital social obtido anteriormente é válido dado que apesar das boas relações de confiança e relacionamento, há uma deficiência principalmente quanto ao acesso e os tipos de políticas ou programas existentes. É ainda relevante ressaltar que o município possui um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,635, considerado baixo, ou seja, é perceptível que essa é uma área de forte pobreza rural, demandante, portanto, de políticas públicas e com uma arena propícia para implantação de projetos de desenvolvimento local.

4.3 A União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC)

A UAVRC localizada no município de Pentecoste no estado do Ceará é uma entidade criada em 2005 com a junção de doze associações/comunidades (Boa Vista, Tamarina, Tourão, Parnaíba e Várzea Comprida, Irapuá, Providência, Canafístula, Aroeira, Muquém, Muquenzinho, Mulungu II e Carrapato) com sede na comunidade de Irapuá, tendo como primeiro presidente, Gilberto da Costa Bezerra. As reuniões ocorrem todo terceiro domingo do mês, geralmente em forma de rodízio nas comunidades participantes.

A ação conjunta de doze associações/comunidades tem o objetivo de definir políticas locais e representar as reivindicações junto ao poder público local e regional. Em seus encontros, os membros costumam discutir com as associações que compõem a União, temas como associativismo, cooperação, gestão compartilhada além de oficinas sobre diversos temas de interesse dos agricultores.

4.3.1 Índice de Capital Social (ICS) na União das Associações do Vale do Rio Canindé (UAVRC)

Das 42 comunidades rurais e 163 famílias estudadas no município de Pentecoste, 10 comunidades e 68 famílias fazem parte da UAVRC e através do ICS calculado por meio análise fatorial pôde-se extrair os índices individuais dessas dez comunidades e assim analisar o nível de capital social da UAVRC em relação ao nível geral do município. Através do método de agrupamento ou cluster já mencionado, permitiu-se a classificação das comunidades em dois clusters, conforme especificado no quadro 7. O cluster com nível intermediário de capital social (cluster 2) é composto por cinco comunidades (Carrapato,

Muquem, Tourão, Muquenzinho e Tamarina), baseado nas respostas das famílias entrevistadas de acordo com as dimensões e variáveis apresentadas.

Quadro 7 – Comunidades da UAVRC por Cluster

COMUNIDADE	CLUSTER
Irapuá	1
Parnaíba e Várzea Comprida	1
Carrapato	2
Muquem	2
Aroeira	1
Tourão	2
Muquenzinho	2
Mulungu II	1
Providência	1
Tamarina	2

Fonte: Resultado da Pesquisa.

O cluster com nível mais baixo (cluster 1) é formado por cinco comunidades (Irapuá, Parnaíba e Várzea Comprida, Aroeira, Mulungu II e Providência), porém, como é visto na Tabela 5 do ranking das comunidades. As tabelas não se diferenciam muito, ou seja, apresentam valores semelhantes, demonstrando similaridade quanto ao nível de capital social, sendo Parnaíba e Várzea Comprida a que possui o nível mais baixo (0,48765) e Muquem o nível mais alto (0,62295) (Tabela 6).

Tabela 5 - Ranking das comunidades pertencentes à UAVRC pelos cinco maiores e cinco menores ICS

Comunidade	ICS	Ranking	Comunidade	ICS	Ranking
Muquem	0,62295	1	Aroeira	0,54906	6
Carrapato	0,60485	2	Providência	0,54098	7
Tourão	0,58132	3	Mulungu II	0,52483	8
Tamarina	0,57983	4	Irapuá	0,50470	9
Muquenzinho	0,56107	5	Parnaíba e Várzea Comprida	0,48765	10

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Tabela 6 - IDS da UAVRC

IDS	Intervalo	Nº Comunidades	% das Comunidades Estudadas
Médio	0,590 -- 0,623	5	50%
Baixo	0,487 -- 0,521	5	50%

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Segundo as variáveis estudadas para medir o nível de capital social, em comparação com as comunidades do município de Pentecoste como um todo, nota-se que as duas realidades comparadas são bem semelhantes, porém, quando se analisa somente as comunidades da UAVRC o nível de capital social em relação à segurança, problemas de diferenças e relacionamento com os vizinhos da comunidade onde residem, confiança em relação aos dirigentes da forma de organização na qual participa e os governantes locais apresenta-se um quadro como um pouco mais de deficiência (Quadro 8).

Quadro 8 – Percentual quanto à segurança na comunidade, problemas na comunidade, relacionamento com os vizinhos e confiança das famílias em relação a dirigentes da organização e governantes locais (UAVRC)

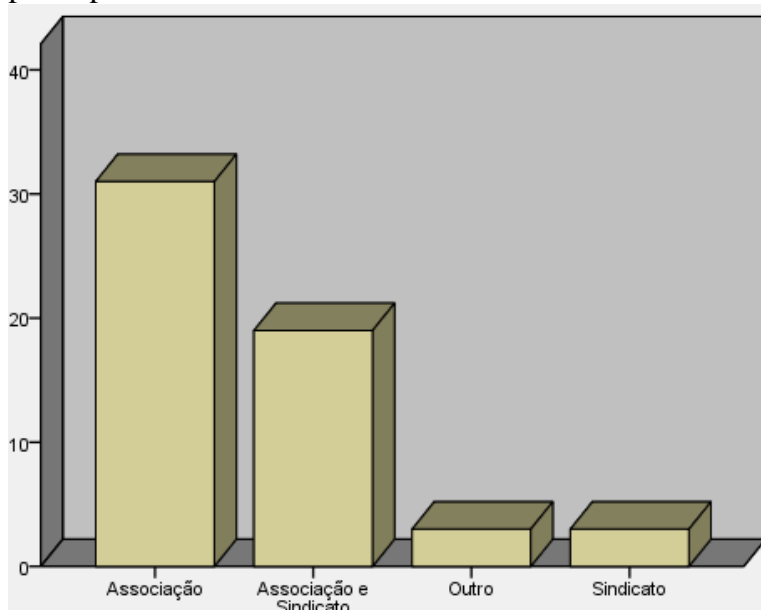
% Famílias que se Sentem Seguras na Comunidade	% Famílias que não Verificam Problemas Quanto a Diferenças nas Comunidades	% Famílias que se Relacionam bem com os Vizinhos	% Famílias que Confiam nos Dirigentes da Forma de Organização que participa	% Famílias que Confiam nos Governantes Locais
60	90	70	52	50

Fonte: Resultados da Pesquisa.

Já em comparação com as formas de organizações (Gráfico 5), o grupo de comunidades que fazem parte da UAVRC apontou que aproximadamente 82% das famílias entrevistadas participam de algum tipo de organização, todavia, 55% das que disseram “sim” afirmam participar somente da Associação Comunitária, 34% da Associação e do Sindicato ao mesmo tempo e 5% apenas do Sindicato. Em comparação com as comunidades do município como um todo, nota-se que a presença em algum tipo de forma de organização é um pouco maior, assim como a presença na Associação e Sindicato ao mesmo tempo, isso pode ser devido ao fato de existir a UAVRC, mesmo assim as discrepâncias são poucas. Demonstra-se também, mais uma vez, a ausência de grupos e cooperativas nessas comunidades, somente 5% participam de grupo e cooperativa.

A respeito da participação dessas famílias nas formas de organização na qual participam, cerca de 64% participam com frequência das reuniões, revelando um bom indicador e em comparação com o município revela-se um nível de participação um pouco maior.

Gráfico 5 - Formas de organizações que as famílias de agricultores familiares da UAVRC participam



Fonte: Resultados da Pesquisa.

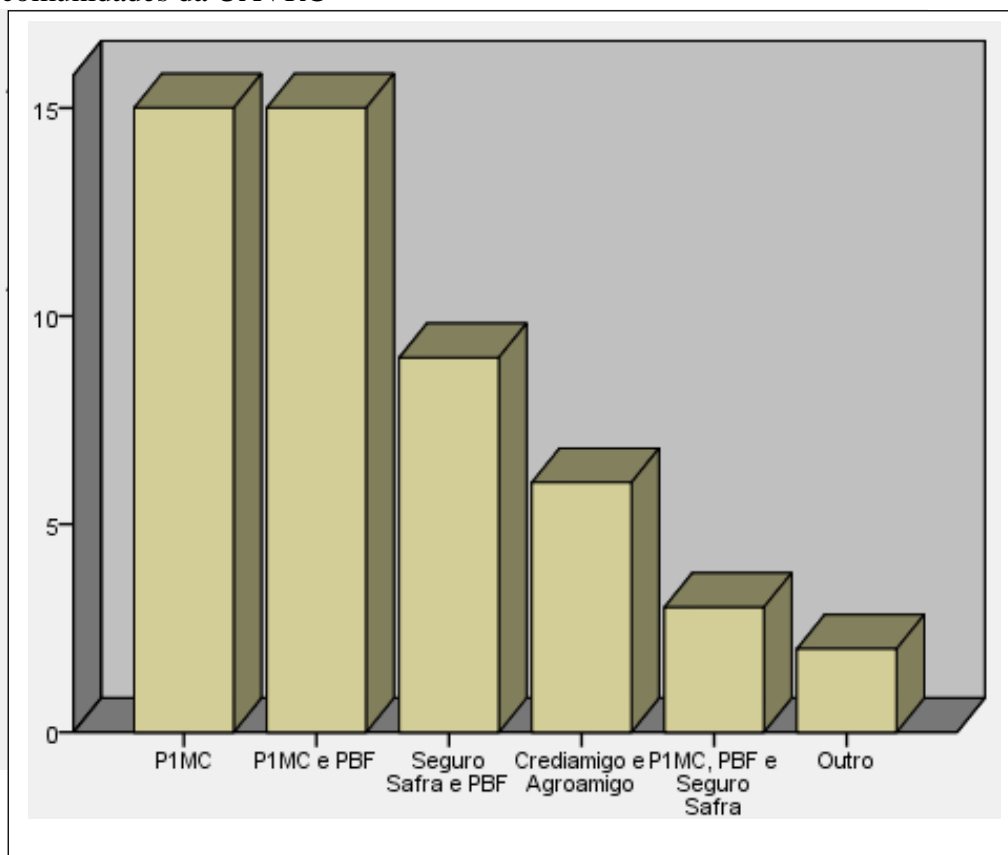
Apesar da expressiva participação das famílias na Associação Comunitária e no Sindicato, 60% dos entrevistados afirmaram não existir interação entre os residentes das comunidades a fim de solicitar ações de desenvolvimento local e dos 40% que disseram sim, apenas 17% participam dessas decisões em colocação com o município os números são bem parecidos, talvez seja isso um dos fatores para a falta de organização produtiva e melhorias nessas comunidades.

No caso das políticas ou programas existentes no grupo de comunidades da UAVRC focados na geração de desenvolvimento local, 74% disseram existir algum tipo de política ou programa na comunidade onde residem e os mesmos participam de um ou vários deles, em relação ao município esse número é bem mais elevado. Assim como ressaltado anteriormente, essas famílias só têm conhecimento das políticas ou programas dos quais fazem parte, por isso 26% responderam não existir, pois os mesmos não participam de nada e não tem conhecimento ou não se interessam pelas políticas ou programas presentes.

Visualizando o Gráfico 6, vê-se que as políticas ou programas mais presentes nessas comunidades são o P1MC, PBF, Seguro Safra, Crediamigo e Agroamigo, mesmo com a alta participação o número de políticas ou programas são menores se colocado em conjunto com o município apresentado na seção anterior. Cerca de 30% têm acesso ao P1MC e 30% ao

P1MC e PBF ao mesmo tempo, 18% acessam o Seguro Safra e o PBF, 12% Crediamigo e Agroamigo e 6% fazem parte do P1MC, PBF e Seguro Safra.

Gráfico 6 - Políticas ou programas envolvidos na geração de desenvolvimento local nas comunidades da UAVRC



Fonte: Resultado da Pesquisa.

Apesar de no município existir uma maior quantidade de políticas, as comunidades da UAVRC não se diferenciam muito quanto ao acesso às mesmas, P1MC e PBF continuam dominando o número de acessos, isso é dado graças à similaridade das comunidades estudadas, ou seja, todas vivem em uma realidade de seca, perda de plantações e necessidade de complementariedade da renda para a sobrevivência.

Em relação à categoria “outros”, apresentam-se políticas ou programas como PRONAF/Seca e Inclusão Digital na Comunidade. Diferentemente do município as políticas de comercialização PAA e PNAE não foram contabilizadas, ressaltando ainda mais o baixo grau de desenvolvimento existente já que as políticas assistenciais apesar de serem de suma importância para essas famílias de agricultores não são geradoras de desenvolvimento.

Outra variável estudada e de suma importância para a agricultura é a Assistência Técnica, em que 24% dos entrevistados afirmam obter algum tipo e recebem assistência somente da EMATERCE do município. Quanto à frequência, 63% dos que disseram sim afirmam só serem contemplados uma vez por ano e 37% raramente, demonstrando assim o péssimo nível de assistência quando comparado às comunidades do município como um todo.

Para complementar a análise, foram realizadas oficinas com agricultores de seis das dez comunidades (Providência, Aroeira, Mulungu II, Tamarina, Muquenzinho e Carrapato), a respeito de políticas, projetos, organizações e instituições presentes no meio rural onde vivem. As oficinas foram realizadas por membros da UAVRC.

O Diagrama de Venn (Figura 5) foi organizado de modo que as políticas, projetos, organizações e instituições mais citadas compusessem o quadro. As relações mais antigas (cor azul) estão mais afastados do centro e os que se fazem presentes atualmente ou fazem parte do planejamento das comunidades a fim de solicitar ações estão mais próximos do centro (cor rosa). O centro do quadro (Círculo Amarelo) representa o conjunto de comunidades.

Dentre os mais citados estão três políticas ou programas: PIMC, Crediamigo e PRONAF; Dois projetos: Projeto São José e Projeto SIC; Duas organizações: Associação Comunitária e Grupo Recheliu e três instituições: EMATERCE, Secretaria de Agricultura do município de Pentecoste e DNOCS. Das políticas apresentadas pelos agricultores, o Crediamigo e o PIMC estão mais relacionados com as comunidades. O PIMC citado por agricultores das comunidades Aroeira, Mulungu II e Muquenzinho, começou nessas comunidades em 2011 com a construção de cisternas para armazenamento da água da chuva, se fazendo presente ainda atualmente e na expectativa futura, ou seja, há residências que necessitam desse aparato e em meio à realidade de seca existente o programa faz-se crucial nessa realidade. O crediamigo é uma política mais atual criada pelo BNB e foi mencionado pelos agricultores das comunidades de Mulungu II e Aroeira, o mesmo faz parte do planejamento dessas comunidades, se revelando de suma importância para o financiamento de projetos relacionados a artesanato e compra de materiais para o auxílio da prática agrícola nas comunidades (trator, forrageira, arado, etc.).

Já o PRONAF foi referido por indivíduos das comunidades de Aroeira, Mulungu II e Carrapato, as mesmas têm o programa como parte da história, em 2008 o projeto foi

implantado para subsidiar as plantações de cajueiros, dentre outras culturas e aquisição de caprinos. No ano de 2009 devido as grandes precipitações ocorridas na região, tudo foi perdido. Neste mesmo ano o PRONAF investiu na compra de máquinas e tecidos para o grupo de mulheres da comunidade Aroeira e pode-se dizer que foi o único tipo de investimento que deu certo para a comunidade oriunda deste programa, denotando a importância da diversificação das atividades produtivas.

Em relação aos projetos, o Projeto São José foi mencionado pelos agricultores das comunidades Aroeira, Mulungu II, Tamarina e Carrapato e surge nas etapas históricas e de planejamento se revelando de grande importância para o desenvolvimento das mesmas. Sobre as relações históricas, essas comunidades receberam apoio hídrico em forma de projetos de água (encanamentos e construção de caixas de água). As expectativas em relação ao Projeto São José para o futuro é a obtenção de capital para investimento em grupos de artesanato, compra de materiais para agricultura (trator, arado, etc.) e recursos hídricos, com isso, percebe-se o grande potencial para contribuir com o desenvolvimento dessas comunidades, demonstrando mais uma vez falta de desenvolvimento local e organização social. Já o Projeto SIC (Projeto de Investimento) mencionado por Aroeira e Mulungu II, foi criado e implantado em 2003 para a compra de kits de irrigação e construção de poços amazonas. O mesmo foi relevante apenas para a história dessas comunidades.

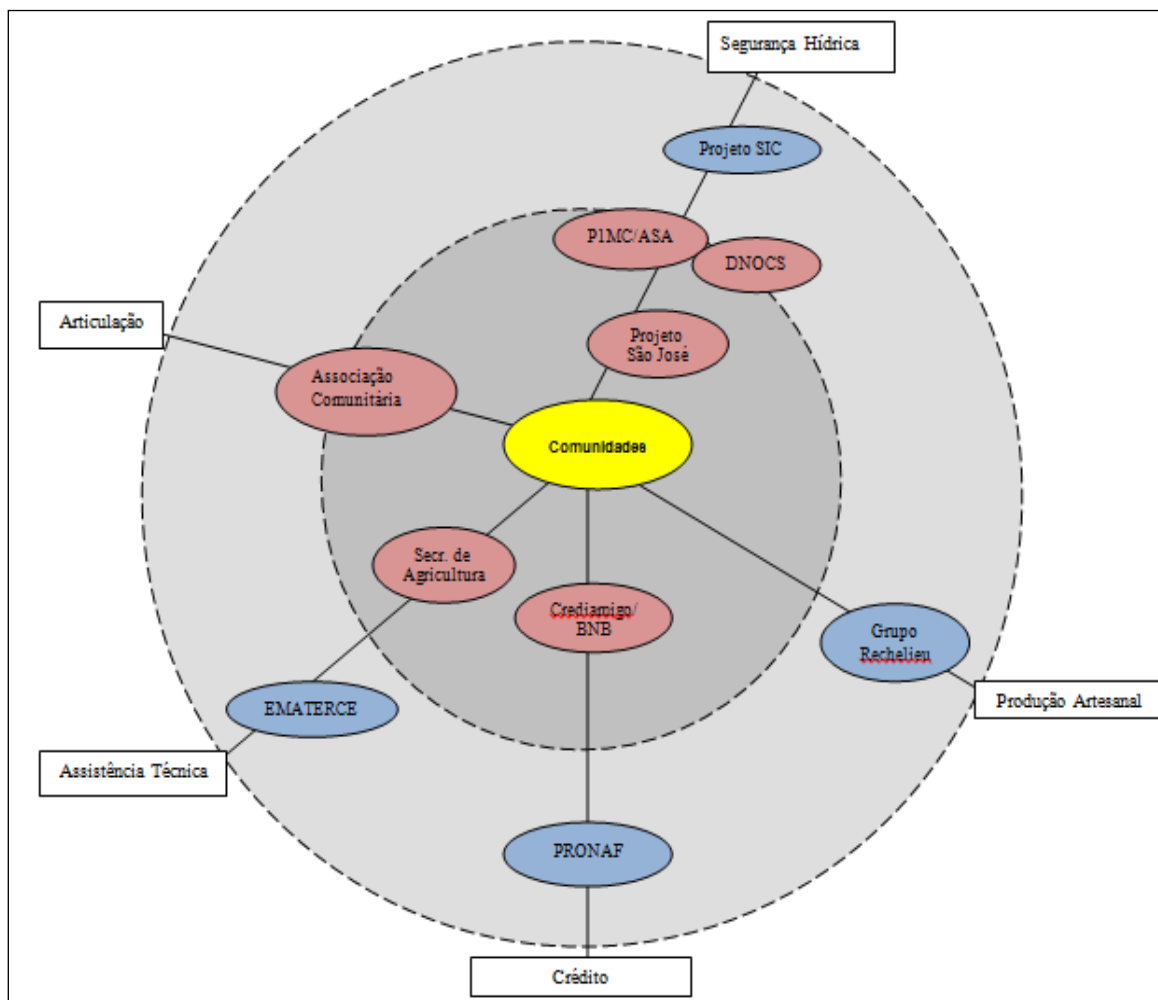
A Associação Comunitária é referida por todos os agricultores das comunidades que estavam nas oficinas e se faz presente em todas as etapas, revelando o grau de importância dessa organização para esse meio rural. Segundo os entrevistados, as associações ajudaram a guiar seus membros para o requerimento de políticas ou projetos e são essenciais para o ingresso aos mesmos, ou seja, nas etapas atuais e de planejamento eles veem essa organização como um apoio, guia e voz para esse acesso. O Grupo Rechelieu do Assentamento Aroeira também foi citado como uma forma de organização pelos agricultores dessa comunidade. Esse grupo foi fundado em 2005 por um conjunto de mulheres que trabalhavam com bordados, estando ativo até hoje contendo cerca de 20 membros que trabalham também com artesanato, buscando sempre apoio para sua expansão.

Por fim, dentre as instituições mais citadas tem-se o DNOCS mencionado por indivíduos presentes das comunidades Aroeira e Tamarina. O mesmo é visto como de grande

importância para o futuro dessas comunidades, através das Associações Comunitárias eles visam um projeto advindo desse órgão para a construção de um açude, a fim de se obter água potável em abundância para todas as comunidades da UAVRC. Em relação à Secretaria de Agricultura do município de Pentecoste, esta também faz parte da etapa de planejamento de Providência e Aroeira e é vista como essencial para o desenvolvimento. Os agricultores buscam a criação de projetos agrícolas para a geração de emprego e renda nas comunidades.

A respeito da EMATERCE, mencionada por agricultores de Aroeira e Mulungu II, é visto que a mesma se fez presente no histórico das comunidades com a articulação de curso de cadeia produtiva do biodiesel, curso de caprino e ovinos e de corte e costura para mulheres. Atualmente ela é colocada como importante para a assistência técnica agrícola, daí o baixo número de acessos revelado anteriormente por essas comunidades.

Figura 4 - Importância relativa (maior ou menor proximidade do centro), relação histórica (cor azul) e recente (cor rosa) das políticas, organizações, projetos e instituições citadas pelos agricultores das comunidades da UAVRC presentes nas oficinas, 2014.



Fonte: Resultado da Pesquisa.

Em geral, mesmo diferindo em alguns aspectos, o grupo geral de comunidades do município e o conjunto de comunidades analisados nesta seção são bem similares, mesmo o segundo tendo o diferencial da UAVRC como uma forma de melhor organizar as Associações Comunitárias a fim de solicitar ações de desenvolvimento para as mesmas. O nível médio de capital representado pelo ICS dos dois grupos revela a necessidade de melhoria principalmente no âmbito das políticas ou programas, projetos, formas de organizações, instituições e assistência técnica voltados para a agricultura. As políticas apresentadas em ambos os casos são em suma assistenciais e ainda não abrangem todas as famílias com

dificuldades e as únicas formas de organizações que se fazem mais presentes é a Associação Comunitária e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

Dadas todas essas necessidades de criação de grupos e cooperativas a fim de melhorar e diversificar a produção e a necessidade de mais políticas e projetos junto às instituições presentes é visto que há uma grande deficiência não só no âmbito local. Como visto na seção a respeito do Território é grande o quadro de instituições, organizações e políticas presentes no mesmo, mas torna-se pequeno quando trazido para a esfera local, pois percebe-se que não há total abrangência das mesmas, demonstrando assim uma vasta dificuldade principalmente quanto às articulações e administração.

Daí a necessidade de busca por melhorias e de um quadro de planejamento como apresentado no Diagrama de Venn para que essas comunidades possam buscar as políticas e projetos junto a organizações e instituições que as favoreçam. Dada uma realidade de baixo desenvolvimento local e forte presença das Associações Comunitárias, cabe às mesmas essa articulação em prol de melhorias nos setores deficitários.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho buscou demonstrar o nível de capital social da agricultura em relação ao Território da Cidadania Vales do Curu e Aracatiaçu, o município de Pentecoste (CE) e a UAVRC. Com isso, foi realizada inicialmente uma análise documental de políticas ou programas, formas de organizações e instituições voltadas para a agricultura presentes no Território, em seguida, utilizando a técnica de análise multivariada conhecida como análise fatorial construiu-se o Índice de Capital Social para as comunidades rurais do município e da UAVRC que se acredita ser capaz de dar uma ideia a respeito do nível de capital social de acordo com as categorias grupos e redes, confiança e solidariedade, ação coletiva e cooperação, coesão e inclusão social, e políticas públicas e assistência técnica.

Adicionalmente, buscou-se identificar e classificar as comunidades em clusters, de acordo com a mensuração do capital social dessas comunidades através da análise multivariada de agrupamento ou cluster, agrupando os índices por comunidade em categorias de ordem baixa, média e alta. Para complemento da análise das comunidades pertencentes à UAVRC, foram realizadas oficinas com o intuito de saber a respeito da percepção desses agricultores quanto às questões de políticas públicas, instituições, formas de organizações e projetos voltados para o meio rural onde vivem de acordo com as relações históricas, atuais e futuras representadas pelo Diagrama de Venn.

O Índice de Capital Social para ambas as realidades se mostrou como médio, confirmando aquilo que já se esperava: uma carência nos padrões de capital social dos espaços estudados, que pôde ser explicado por meio de análises de frequência de algumas questões presentes no banco de dados através das respostas obtidas na pesquisa de campo. Essas questões revelaram que há uma deficiência principalmente no âmbito das formas de organizações e na presença de instituições e políticas voltadas para o desenvolvimento das comunidades, ou seja, a maioria das políticas acessadas são de cunho assistencial e não abrangem todas as famílias. A respeito da assistência técnica, a mesma ainda não é atuante em todas as comunidades principalmente no conjunto da UAVRC.

De modo geral, verificou-se que há fragilidade principalmente no âmbito da formação de organizações, projetos e políticas públicas voltadas para o desenvolvimento e assistência técnica, tanto para as comunidades rurais do município como um todo quanto para

o conjunto da UAVRC. Com o Diagrama de Venn pôde-se observar que os agricultores familiares estão mais voltados para a busca de melhorias e parcerias com instituições e projetos voltados para a agricultura além da importância da Associação Comunitária para essa ligação. Os mesmos procuram especialmente programas de crédito para investimento agrícola, subsídio e apoio para implantação e expansão de grupos que possam diversificar a produção e gerar emprego no meio onde vivem e projetos para a resolução do problema da falta de água que ainda se mostra como uma das maiores dificuldades para essa realidade.

Como sugestão, vê-se a necessidade da busca projetos e instituições que incentivem e apoiem a criação de novas organizações nessas comunidades como grupos e cooperativas ou a ampliação dos grupos já existentes, pois estes são de grande importância para a diversificação produtiva e geração de emprego em áreas rurais que sofrem com tais problemas. Como as Associações Comunitárias são formas positivas de organizações e têm grande número de acessos dos agricultores em todas as comunidades, ela pode ser usada como uma maneira de unir os moradores a fim de solicitar junto aos órgãos tanto a ampliação do público alvo das políticas assistencialistas como a formação de políticas ou programas voltados ao desenvolvimento, além de formação de capacitações e cursos que venham de alguma forma melhorar a dinâmica desses locais de acordo com as demandas emanadas de diagnósticos comunitários.

A respeito do problema da falta de água, que é nítido nas realidades semiáridas como a estudada, além do P1MC que se revelou de ampla base para grande parte das famílias rurais entrevistadas, é preciso a articulação de órgãos públicos que apoiem para trazer projetos de irrigação e outras propostas tecnológicas de convivência com a seca que deem um suporte maior para não haver tantas perdas produtivas em períodos de longa estiagem.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2ª ed. São Paulo:editora Unicamp, 1998.

_____, R.. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, nº 2, 2000.

_____,R.; BEDUSCHI FILHO, Luiz Carlos. Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil. In: XLI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural (SOBER). Juiz de Fora, 2003.

ALBUQUERQUE, Gilton Carlos Anísio; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Experiências de formação de capital social e políticas públicas de desenvolvimento territorial no Vale do Submédio São Francisco. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/17-81-1-PB.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2014.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lúcia. Capital Social e Empreendedorismo Local. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/redesist/NTF2/NT%20SaritaMLucia.PDF>> Acesso em: 01 set. 2014.

AMORIM, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no Oeste do Paraná. Disponível em: <<ftp://ftp.sp.gov.br/ftpiea/publicar/REA1-0708a2.pdf>> Acesso em: 08. mar. 2014.

ANDRADE, Elisabeth de Oliveira Andrade; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. A Relação entre os Níveis de Capital Social e os Índices de Desenvolvimento Sustentável: Uma Análise Comparativa entre Municípios. Disponível em: < <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/APS-C370.pdf>> Acesso em: 02 ago. 2014.

ASSIS, Thiago Rodrigo de Paula. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do programa um milhão de cisternas rurais (P1MC). Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/1189-4213-1-PB.pdf>>.Acesso em: 02 fev. 2015.

BARRETO, Ricardo Candéa Sá. **Políticas públicas e o desenvolvimento rural sustentável no Estado do Ceará: estudo de caso**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

BEDUCHI FILHO, Luiz Carlos; ABRAMOVAY, Ricardo. Desafios para o desenvolvimento das regiões rurais. Disponível em: <http://www.abramovay.pro.br/artigos_cientificos/2004/Beduschi_Abramovay.pdf> Acesso em: 25 jun. 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: SDT/MDA, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: SDT/MDA, 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: SDT/MDA, 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Secretaria do Desenvolvimento Territorial. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Brasília: SDT/MDA, 2013.

CARNEIRO, Maria José F. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: Carvalho Costa, L.F. e outros (org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro, Mauad, 1999. p. 323-344.

_____, Maria José F; TEIXEIRA, Vanessa Lopes. A dinâmica das atividades agrícolas e não-agrícolas no novo rural brasileiro: Fase III do Projeto Rurbano. In: III SEMINÁRIO NOVO RURAL BRASILEIRO. Campinas, 2003.

CEARÁ. Célula de Acompanhamento e Informação – CAI/SDT/MDA/CNPq/UFC. **Relatório analítico**: Território Vales do Curu e Aracatiçu. Fortaleza, 2011. 260 p.

CONTERATO, M. A. **Dinâmicas regionais do desenvolvimento rural e estilos de agricultura familiar: uma análise a partir do Rio Grande do Sul**. 2008. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agroecologia**, Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set.2001.

DIÁRIO DO NORDESTE. Verba Emergencial do PRONAF Reduziu Impactos da Seca. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/regional/verba-emergencial-do-pronaf-reduziu-impactos-da-seca-1.799446>> Acesso em: 03 fev. 2015.

DUFUMIER, M. **Les projets de développement agricole**: manual d'expertise. Paris: Ed. Khartala/CTA, 1996.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P.; SILVA, F. L. da; CHAN, B. L. **Análise de dados**: Modelagem multivariada para tomada de decisões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

FERREIRA, Ana Paula; MESQUITA, Elena. O sentido do desenvolvimento da agricultura sobre o capitalismo: paradigmas em debate. Disponível em: <<http://www4.fct.unesp.br/ceget/PEGADA101/02anapaula.pdf>> Acesso em: 20 out. 2013.

FERREIRA, José Romualdo Carvalho. **Evolução e diferenciação dos sistemas agrários do município de Camaquã – RS**: uma análise da agricultura e suas perspectivas de desenvolvimento. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

FLORES, M. A identidade cultural do Território como base de estratégias de desenvolvimento – uma visão do estado da arte. In.: Séries Territórios com identidade, São Paulo, 2006.

FURTADO, Ribamar; FURTADO, Eliane. Capital humano e capital social nos territórios rurais: imposições para uma nova formação dos profissionais do campo. Disponível em: <<http://www.eldis.org/go/home&id=30612&type=Document#.UyJOJD9dVd0>> Acesso em: 10 mar. 2014.

GOMES, Maria Elasir S.; BARBOSA, Eduardo F. A técnica de grupos focais para obtenção de dados qualitativos. Disponível em: <http://www.tecnologiaprojetos.com.br/banco_objetos/%7B9FEA090E-98E9-49D2-A638-6D3922787D19%7D_Tecnica%20de%20Grupos%20Focais%20pdf.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2015.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. In: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar, 2001.

GUIMARÃES, Gisele Martins; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso. Agroindustrialização familiar e “formas de agricultura”: os (des) caminhos do desenvolvimento territorial da quarta colônia de imigração italiana do RS. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/13/1320.pdf>> Acesso em: 08 mar. 2014.

HAIR, F. Joseph; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. **Análise multivariada de dados**. Tradução Adonai Schlup Sant’Anna. 6. ed., Porto Alegre, Bookman, 2009.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Censo Agropecuário 1996 -2006. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 22 jun de 2014.

INÁCIO, Raoni; RODRIGUES, Maurinice; XAVIER, Thiago; WITMANN, Milton; MINUSSI, Tiéli. Desenvolvimento regional sustentável: abordagens para um novo paradigma. Desenvolvimento em questão, 24: 6-40, set/dez 2013.

INCRA/FAO. Novo Retrato da Agricultura Familiar. O Brasil redescoberto. Brasília: Projeto de Cooperação Técnica INCRA/FAO, 2000 (FAO/BRA 036).

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil básico municipal 2013 de Pentecoste. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/perfil_basico/pbm-2013/Pentecoste.pdf> Acesso em: 20 jun. 2014.

JARA, Carlos Julio. A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local, desafios de um processo em construção. Recife, Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco -Seplan, 1998.

PLOEG, J. D. Van der. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era de globalização**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PRETTY, Jules. Sustainable Agriculture. In: PRETTY, Jules. **Regenerating agriculture. Policies and practices for sustainability and self-reliance**. Londres: Earthscan. 1995a. p.1-25.

LONG, Norman. **Sociología del desarrollo**: uma perspectiva centrada em el actor. México, D. F: Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2007.

MACIEL, Harine Matos; KHAN, Ahmad Saeed. O Impacto do Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) na Melhoria das Condições de Vida das Famílias Beneficiadas no Estado do Ceará: Um Estudo de Caso. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/ri/bitstream/riufc/986/1/2009_art_hmmaciel.pdf> Acesso em: 03 fev. 2015.

MAZOYER, Marcel. Rapport de synthèse préliminaire présente au “Comite Dynamique des systemes agraires”. Paris: Ministere de la Cooperation et Ministere de la Recherche et la Technologie, janvier 1986. p. 15.

MAZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. Origem e Expansão da Agricultura do Mundo. Disponível em: < <file:///C:/Users/usuario/Downloads/000740548.pdf>> Acesso em: 26 mai. 2014.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. São Paulo, 2001.

NERI, Marcelo Côrtes; Medrado, André Luiz. Experimentando Microcrédito: Uma Análise de Impacto do Crediamigo no Acesso a Crédito. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/ibrecps/clippings/mc1037.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

NEUMANN, Pedro Selvino. **O impacto da fragmentação e do formato das terras nos sistemas familiares de produção**. 2003. Tese. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

NUNES, Emanuel Márcio. **Reestruturação agrícola, instituições e desenvolvimento rural no Nordeste: as dinâmicas regionais e diversificação da agricultura familiar no Pólo Açúcar – Mossoró (RN)**. 2009. Tese. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

NUNES, Emanuel Márcio; SCHNEIDER, S. Economia Agrícola, Instituições e Desenvolvimento Rural: uma análise comparativa da diversificação econômica do Pólo Assu/Mossoró (RN). Revista Econômica do Nordeste, v. 43, p. 561-584, 2012.

OLIVEIRA, Rafael Reis Alencar. **Estudo da qualidade ambiental do reservatório pentecoste por meio do índice de estado trófico modificado**. Dissertação de Mestrado PRODEMA/UFC: Fortaleza, 2009, p.140.

OZAKI, Vitor Augusto. **Métodos atuariais aplicados à determinação da taxa de prêmio de contratos de seguro agrícola: um estudo de caso**. 2005. Programa de Pós Graduação em Economia. ESALQ/USP: Piracicaba, 2005.

PUTNAM, Robert. **Making democracy work: civic traditions in modern Italy**. Princeton University Press, 1993.

RATTNER, Henrique. Prioridade: construir o capital social. Disponível em: <<http://www.ngs.ufsc.br/capitalintelectual/wpcontent/uploads/2013/12/6prioridadeconstruirocapitalsocial-henriquerattner.pdf>> Acesso em: 11 mar. 2014.

ROLLING, N.G.; JIGGINS, J. “The ecological knowledge system”. In: Rolling, N.G. and M.A.E. Wagemakers (1998) Facilitating sustainable agriculture. Cambridge University Press, Cambridge, UK.

SABOURIN, Eric. Viabilidade da Agricultura Familiar Nordestina e Globalização: Mitos e Desafios. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/politicaetrabalho/article/view/6452/4028>> Acesso em: 04 abr. 2014.

SABOURIN, Eric. **Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

_____, Eric; TEIXEIRA, Olívio. Desenvolvimento Territorial e Capital Social. Disponível em: < <http://ricardoabramovay.com/tag/eric-sabourin/>> Acesso em: 26 mai. 2014.

SACHS, Ignacy; LAGES, Vinicius Nobre. Capital social e desenvolvimento: novidade para quem? Disponível em: < <http://www.eclac.cl/prensa/noticias/comunicados/3/7903/sachsvinicius.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2014.

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO DO ESTADO DO CEARÁ (SDT/CE). Disponível em: < <http://www.sda.ce.gov.br/>> Acesso em: 01 set. 2014.

SCHULTZ, Theodore. A Transformação da Agricultura Tradicional. 1ª Ed. – Connecticut, EUA: Yale University Press, 1964.

_____, Sérgio. Desenvolvimento rural regional e articulações extra regionais. In: Fórum Internacional, 2003, Fortaleza, p. 1-21.

_____, S. RADOMSKY, G. F. W. A pluriatividade e as transformações do mercado de trabalho rural gaúcho: estudo de caso no município de Barão, RS. In: CAMPANHOLA, C; GRAZIANO DA SILVA, J. (ed.). **O novo rural brasileiro: renda das famílias rurais**. V. 5. Brasília, p. 263-320, 2004

_____, Sérgio; CONTERATO, Marcelo Antonio; KOPPE, Leonardo Renner; SILVA, Carolina Castilho. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://arquivo.rosana.unesp.br/docentes/patriciaramiro/LEAR/A%20pluriatividade%20e%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20vida%20dos%20agricultores.pdf>> Acesso em: 14 mar. 2014.

_____, Sérgio. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Editora da Universidade, UFRGS, 2009.

_____, Sérgio. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: o contexto e as questões em debate. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 3 (119), pp. 511-531, julho-setembro/2010.

SILVA, Vilmar. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como fomentador da diversificação e a agregação de valor na agricultura familiar. Revista espaço acadêmico, n. 117, Fev – 2006. ISSN 1519-6186.

TAVARES, Priscilla Albuquerque Tavares. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n3/08.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2015.

TIBÚCIO, B. *et al.* Políticas de desenvolvimento rural territorial: desafios para construção de um marco jurídico normativo. Série de desenvolvimento rural sustentável, v. 13, Maio – 2011. A.

VRIESMAN, Alice Karine; OKUYAMA, Kássio Kiyoteru; ROCHA, Carlos Hugo; WEIRICH NETO, Pedro Henrique. Assistência técnica e extensão rural para a certificação de produtos orgânicos da agricultura familiar. Disponível em: <<http://eventos.uepg.br/ojs2/index.php/conexao/article/viewFile/3929/2775>>. Acesso em: 07 jun. 2014.

WANDERLEY, Maria de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. Disponível em: <<http://www.arqueologia.com.ar/congresos/contenido/49CAI/Wanderley.htm>> Acesso em: 05 abr. 2014.

WANDERLEY, Maria de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. Disponível em: <<http://r1.ufrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/238>> Acesso em: 07 abr. 2014.

ZANI, Felipe Barbosa. **Gestão social do desenvolvimento**: a exclusão dos representantes dos empresários? o caso do programa territórios da cidadania norte – RJ. 2010. Dissertação. FGV/ Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas: Rio de Janeiro, 2010.

APÊNDICE

Tabela 2 - Composição dos fatores de acordo com as cargas fatoriais, variância explicada e comunalidades

VARIÁVEL	1	2	3	4	5	6	COMUNALIDADES
Participa de alguma forma de organização?	,861	,366	,039	,005	-,108	,018	89%
A forma de organização na qual participa é local ou regional?	,882	,399	,016	-,058	-,057	,026	94,40%
Participa com frequência da forma de organização que faz parte?	,868	,310	-,012	-,095	-,066	,052	86,50%
Qual o nível de confiança em relação aos dirigentes da forma de organização na qual participa?	,861	,370	,037	-,007	-,059	,050	88,50%
Qual o nível de confiança em relação aos governantes locais?	,204	-,324	-,186	,183	,310	-,099	51%
Qual o nível de relacionamento com os vizinhos da comunidade onde reside?	,035	-,253	,235	-,040	-,296	,604	57,50%
Participa de alguma atividade voluntária de cunho local ou regional?	,160	-,102	,017	-,160	,378	,714	71,50%
Existe interação na comunidade a fim de solicitar ações de desenvolvimento local?	-,436	,583	-,116	,573	,163	,205	94%
Participa das decisões a serem tomadas para o desenvolvimento da comunidade?	-,470	,638	-,087	,505	,032	,211	93,60%
Há problemas quanto as diferenças raciais, sociais, culturais, políticas, religiosas na comunidade onde reside?	-,196	,244	,898	-,065	,159	-,105	94,50%
Alguns desses problemas já envolveram sua família?	-,165	,189	,919	-,081	,171	-,080	95%
Se sente seguro quanto à violência na comunidade onde reside?	-,125	,039	,169	,315	-,740	-,077	69,80%
Verifica-se a presença de programas ou projetos envolvidos na geração de desenvolvimento local na comunidade onde reside?	,509	-,562	,270	,507	,069	,011	91%
O senhor ou sua família participa de alguns desses programas?	,496	-,573	,248	,516	-,014	,049	90,40%
Possui assistência técnica para a agricultura?	,419	,108	-,108	,265	,387	-,303	51,10%
VARIÂNCIA EXPLICADA (%)	24,71%	13,81%	12,93%	12,56%	7,96%	7,96%	79,92%